



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Pós-graduação *Lato Sensu*
Curso de Especialização em Formação de Professores em Turismo

**ESTUDO PRELIMINAR SOBRE O TURISMO NO PARQUE NATURAL
MUNICIPAL RAIMUNDO GONÇALEZ MALTA E A RELAÇÃO COM
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Lourdes Pereira do Amaral

Orientadora: Prof^a. Dra. Dóris Santos de Faria

Brasília, 2009



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Pós-graduação *Lato Sensu*
Curso de Especialização em Formação de Professores em Turismo

**ESTUDO PRELIMINAR SOBRE O TURISMO NO PARQUE NATURAL
MUNICIPAL RAIMUNDO GONÇALEZ MALTA E A RELAÇÃO COM
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Lourdes Pereira do Amaral

Orientadora: Prof^a. Dra. Dóris Santos de Faria

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo - CET, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Formação de Professores em Turismo

Brasília, 2009

Amaral, Lourdes Pereira.

Estudo Preliminar sobre o Turismo no Parque Natural Municipal Raimundo Gonzalez Malta e a Relação com a Educação Ambiental / Lourdes Pereira do Amaral – Brasília, 2007.

60 fs.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2007.

Orientadora: Dóris Santos de Faria

1. Educação Ambiental 2.Turismo.3. Parque Raimundo Gonzalez Malta. I. Título. II. Título

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Pós-graduação *Lato Sensu*
Curso de Especialização em Formação de Professores em Turismo

Lourdes Pereira do Amaral

Aprovado por:

Professora Dra. Dóris Santos de Faria (CET/UnB)
Orientadora

Professor Dr. Raul Luis de Melo Dusi (CEAD/UnB)
Examinador

Brasília, 22 de Maio de 2009

Dedicatória

Dedico a todos pelo sorriso, admiração, confiança, apoio, compreensão, investimento, legado cultural e humanista. Ao Nando *amore mio* que me trata a pão, vinho, queijo e carinho. Ao pai, mãe, Saman, Matheus, Mel, Ane, Nai, Abner e meus irmãos por seus abraços quentinhos. Aos queridos *in memoriam* avós Rita e Manuel, minha amada *nonna* Adelina Ângela Maccalli, que são cerne e raiz de charruas, minuanos, pampas, açorianos, poloneses, portugueses, italianos. Acima de tudo gaúchos, crias do sul brasileiro com alma e esperança que vertem do Rio Uruguai, que se alimentam dos frutos dos pinhais, trigais e videiras e se embalam à sinfonia dos bugios, pardais, caturritas, gralhas-azuis e dos quero-queros. Dedico à educação ambiental o resgate desta identidade, das matas e de seus animais.

Agradecimentos

Aos amigos, Ana Mara, Cris Tanaka, Suélin, Haully Gubert, Marina Wöhlke, Laira Stock, que colaboraram com palavras encorajadoras e bibliografia para composição deste trabalho.

Ao Ferdinando Crispino, amigo, companheiro e orientador particular pela força, crítica e tranquilidade durante este percurso.

Aos professores (UNIVALI/SC) - Dr. Francisco Antonio dos Anjos que me dispensou especial atenção e Dr. Paulo dos Santos Pires que me ajudou com seu acervo bibliográfico.

À Leila, irmã querida pela atenção e alimentação nos dias de pesquisa de campo.

Aos primos Valdir e Elaine minha Família Amaral em Brasília, por me receber e por fazer me sentir em casa.

À professora Dóris pela orientação, dedicação e confiança no meu trabalho, agradeço por me fazer acreditar mais no altruísmo das pessoas, és um *bodhisattva*.

Aos anjos da guarda do CET Thiago e Gleison que prontamente nos auxiliaram durante o período do curso, encontro presencial e defesa, suas providências determinaram nosso sucesso.

As professoras do CET, Dras. Fátima Guerra e Sandra Lestingue pela força constante e estímulo a nossa formação.

A Secretaria do Meio Ambiente de Balneário Camboriú que através de suas educadoras ambientais Carla e Mara concederam informações e dados para realização deste trabalho.

Enfim, a todas as vozes e canções da música tradicionalista gaúcha e missioneira que durante o processo de construção deste trabalho alimentaram a minha alma, trazendo o 'Rio Grande' para junto de mim.

RESUMO

Este trabalho é sobre o turismo no Parque Natural Municipal Raimundo González Malta localizado em Balneário Camboriú – SC e sua relação com a educação ambiental. Tem como objetivo principal realizar uma análise das relações processo educativo, questões ambientais e atividade turística. O parque apresentado como ferramenta didática para o programa municipal de educação ambiental é importante atrativo turístico e tem grande valor ambiental para a comunidade. Foi realizado um estudo interdisciplinar e teve como procedimentos metodológicos a pesquisa qualitativa e o estudo de caso. A coleta através de entrevistas buscou saber sobre a educação ambiental desenvolvida no local, sua representação, contribuição e entendimento. A pesquisa se deu junto a educadores ambientais do parque e do público visitante que compreende a comunidade, turistas e estudantes. Os resultados dão conta de que apesar das transformações que vem passando o local é visto como um espaço que concilia e integra os diversos públicos que recebe deste modo torna o turismo no parque um importante canal de disseminação para a educação ambiental. Portanto, a relação turismo e educação ambiental no parque é parte de um processo ainda em construção com vias para a consciência socioambiental.

Palavras-Chave: Turismo. Educação ambiental. Parque Raimundo González Malta.

ABSTRACT

This work is on tourism in the natural park Raimundo González Malta located in Balneário Camboriú - SC and its relation to environmental education. Main goal is to perform an analysis of the relationship of educational process, the issue environment and tourism activities. The park presented as teaching tool for the municipal program of environmental education is an important tourist attraction and has great environmental value to the community. A study had as interdisciplinary and methodological procedures for qualitative research and case study. The collection through interviews sought to learn about environmental education developed at the site, its representation, assistance and understanding. The research was next to the park environmental educators and the public which includes the visitor community, tourists and students. The result has been the relationship tourism and environmental education in a park on process of construction for social consciousness.

Keywords: Tourism, Environmental Education, Park Raimundo González Malta.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	BALNEÁRIO CAMBORIÚ E SEU POTENCIAL TURÍSTICO	4
2.1	Contextualização	4
3	APORTES TEÓRICOS SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA O TURISMO	8
3.1	Educação ambiental: considerações	8
3.2	A relação educação ambiental e turismo.....	13
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	21
4.1	Procedimentos	22
4.2	Resultados, análise e discussão	24
4.2.1	O Parque Natural Municipal Raimundo Gonzalez Malta	24
4.2.2	Caracterização do Programa de Educação Ambiental	28
4.2.3	Análise das entrevistas realizadas junto ao parque.....	30
4.2.4	Discussão sobre os resultados.....	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	44
	APÊNDICE	54

¹ Mercado Comum do Sul, bloco econômico composto por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Disponível em: < <http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/index.htm> > acesso em: 14/04/2009.

A cidade tem uma demanda anual de aproximadamente 700 mil visitantes nacionais e internacionais, segundo pesquisas divulgadas em 2008 pela Santa Catarina Turismo S/A - SANTUR. Estas mesmas pesquisas revelam que 77% do público visitante vão a esta destinação pelos atrativos naturais.

Em Balneário Camboriú, gestão e prática ambiental norteiam-se pelo Programa Municipal Terra Limpa de Educação Ambiental que faz parte da Política Municipal de Educação Ambiental e tem como sede o Parque Natural Municipal Raimundo Malta. O parque foi criado em 1993 com a intenção inicial de preservar a natureza atlântica que abriga, com uma extensão de 17 hectares está localizado entre bairros densamente ocupados.

O local passou por algumas modificações no ano de 2006 para atender as exigências do Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC (BRASIL, 2009b) foi quando o então Parque Ecológico Rio Camboriú passa a ser chamado pela atual nomeação. Em suas dependências além da diversidade natural e dos espaços específicos, como: um horto de plantas medicinais, as trilhas, o viveiro e espaço de lazer, o local também sedia a Secretaria do Meio Ambiente. A visitação de grupos de estudantes, turistas e comunidade no parque é monitorada e antes da incursão passa por palestra e aula de educação ambiental.

Estudos e práticas sobre o turismo e a sua relação com a educação ambiental demonstram que além de atividades turísticas tradicionais realizadas na natureza, algumas segmentações firmam compromisso direto com o meio ambiente através de suas práticas. São segmentos que assumem como condições básicas um conjunto de valores voltados a sustentabilidade, o ecoturismo, o turismo ecológico e outros, onde a educação ambiental rege a atividade. Porém, tipificações atreladas ao turismo realizado na natureza, terceira idade, turismo rural, de aventura e outras se beneficiam de áreas naturais para se desenvolver e é o que ocorre no Parque Raimundo Malta.

Para melhor compreensão do processo que envolve o turismo e educação ambiental esta pesquisa delimita o Parque Natural Municipal Raimundo Malta em Balneário Camboriú como objeto de estudo, contextualizando-o. A pesquisa realizada parte da convicção de que turismo e educação ambiental se complementam na busca do sucesso de atividades correlacionadas.

A abordagem do assunto é relevante porque colabora com a concepção de harmonia entre a questão ambiental e o turismo, visto que os mesmos acontecem no

parque. Esta discussão também contempla o plano de manejo e o programa de educação ambiental como instrumentos para a preservação e mudança de atitudes ambientais na visitação do parque. De modo que juntamente com as outras unidades de conservação do município fortaleça a integração dos atores comunidade, turista e órgão público para qualidade dos atrativos turísticos e da visitação.

O recorte foi estudado sob a proposta de pesquisa qualitativa de caráter exploratório, focado como um estudo de caso. Dentro dos preceitos metodológicos que visam explorar o assunto através de pesquisa bibliográfica, análise documental e dados empíricos, coleta através de entrevista, este estudo teve a intenção de questionar:

- O programa de educação ambiental no Parque Natural Municipal Raimundo Malta promove a relação turismo e educação ambiental na formação da nova postura do visitante?

O referencial teórico permitiu dentro das áreas do turismo e das ciências humanas e sociais e num arcabouço complexo do assunto perceber o quadro, quanto ao entendimento efetivo da educação ambiental para sua disseminação. Traz a educação ambiental no contexto da sustentabilidade, educação e qualidade no turismo; apresenta Balneário Camboriú seus traços e sua dinâmica enquanto cidade turística; focando o objeto de estudo Parque Natural Municipal Raimundo González Malta, sua estrutura educativa e funcional e o Programa Municipal Terra Limpa de Educação Ambiental, porque e para quem é desenvolvido.

Este trabalho teve como **objetivo geral**:

- Analisar as relações entre turismo e educação ambiental no Parque Natural Municipal Raimundo Malta, em contribuição a atividade turística e a questão ambiental.

Com propostas dos seguintes **objetivos específicos**:

- Contextualizar turismo e educação ambiental e suas relações;
- Verificar como o parque direciona as atividades de educação ambiental;
- Verificar o Programa de Educação Ambiental quanto sua atuação no parque;
- Identificar os elementos do parque que contribuem para a relação turismo e educação ambiental.

2 BALNEÁRIO CAMBORIÚ E SEU POTENCIAL TURÍSTICO

2.1 Contextualização

A cidade de Balneário Camboriú localizada a aproximadamente 80 km da capital Florianópolis, no litoral centro-norte de Santa Catarina, apresenta alta ocupação e como a maioria das cidades que margeiam o litoral brasileiro o local é procurado para veraneio. O seu crescimento tem bases no turismo, seu desmembramento da cidade Camboriú em 1964 se deve ao grande interesse pelo balneário para o lazer, já que a economia antiga estava voltada a atividades agrícolas. A partir dos anos 70 o crescimento populacional forma os bairros que foram suprimindo as áreas naturais para ocupação imobiliária, a intensidade com que ocorreu esta nova configuração, conduziu Balneário Camboriú a categoria de pólo imobiliário da região, diferente da época do lugar de segunda residência das classes de alto poder aquisitivo advindas de todo o Vale e Alto Vale do Itajaí (ANJOS, 2007).

Atualmente a cidade possui uma distribuição espacial de alta densidade urbana, com uma área de 46 Km² e uma população residente de aproximadamente 95 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007). A população flutuante atinge um número excessivo nas altas temporadas, em torno de 680.000 em 2008, segundo a SANTUR, órgão de turismo do estado. Devido ao contingente populacional e área do município, fica evidente a verticalização da paisagem urbana que só encontra barreiras no mar e na rodovia BR 101.

Figurativamente existem duas cidades, uma entre rodovia e mar, e outra após a rodovia até os limites da cidade para o interior. Nesta porção interior estão os bairros que abrigam grande número da população residente formada por nativos e pessoas que chegaram do interior e outros estados para trabalhar na cidade turística. Nestes bairros se concentram além das residências alguns setores econômicos como comércio e prestação de serviços. Os residentes que possuem rendas baixas, médias e os carentes sócioeconômicos. É em meio a esta concentração urbana, na parte sudoeste do município onde se encontra o parque objeto de estudo, conforme destacado na figura 2.

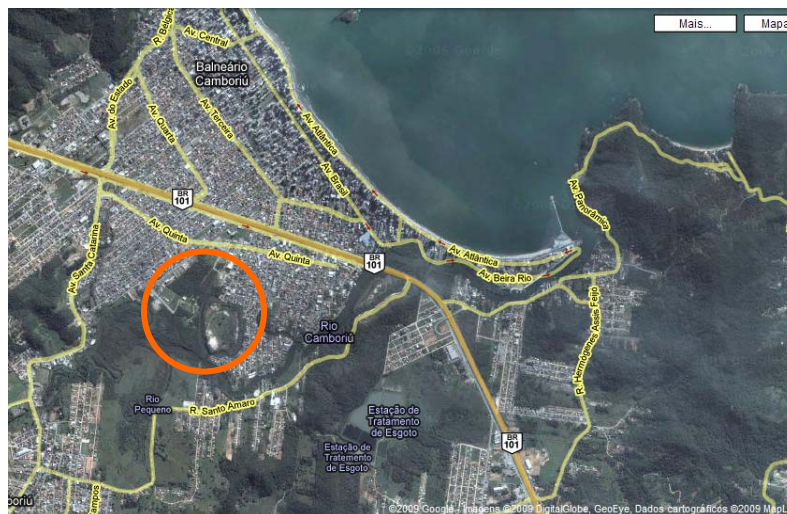


Figura 2: Imagem de Balneário Camboriú com a localização do parque.
Fonte: Google mapas, 2009.

O município ocupa lugar no cenário turístico nacional como uma das destinações que mais recebe turistas estrangeiros e no estado, é um pólo receptivo de turismo. Toda esta dinâmica, condicionada pelo turismo e para o turismo, faz com que todo o seu território seja considerado área urbana (FERNANDÉZ, 2002), apresentando problemas pela quantidade de edificações e consequentemente a injeção de pessoas consumindo, produzindo rejeitos, circulando, gerando deficiência na infra-estrutura principalmente de saúde e saneamento.

O processo de ocupação em alguns pontos deu-se de modo irregular, registros antigos e depoimentos de moradores indicam a perda de sítios históricos em nome do crescimento econômico. Os impactos sobre a vegetação costeira e atividades irregulares ao longo das encostas são bastante visíveis, outros são apenas sentido pelas comunidades que pelas forças circunstanciais substituiriam suas atividades de pesca por atividades voltadas ao turismo ou abandonaram o afazer. Estes são problemas que as atuais políticas estaduais e municipais debatem em busca de soluções.

A despeito dos estudos e opiniões de especialistas, a mobilização do estado para tornar legal o aumento das áreas para cultivo nas margens e encostas de rios, aumenta a preocupação em torno dos novos rumos de uso e ocupação do solo, bem como o afastamento da vegetação e seus recursos salvaguardados rigorosamente apenas pelas poucas áreas de conservação, como o parque em estudo.

A procura pela cidade se dá em grande parte pelos seus atrativos distribuídos nas praias estaleirinho, taquaras, pinho, laranjeiras, dos amores – citando as principais, de fácil acesso pela vias panorâmicas rodovia Interpraias, que pode se encaixar na categoria de estrada parque, e Estrada da Rainha. Apesar dos impactos é inegável a vocação turística do município que comporta a flutuação anual de pessoas com uma forte rede hoteleira e equipamentos afins, além de ofertar entretenimento para qualquer hora e clima. A princípio a cidade é visualmente receptiva através do paisagismo e da limpeza urbana, segurança aparente e conservação de seus monumentos.

As praias, áreas mais procuradas pelos visitantes, se estendem ao norte da praia Central até a praia dos Amores, ao sul até a praia do Estaleirinho. Equipamentos como teleférico localizado ao sul, dá acesso aéreo para o Parque Interpraias e de Aventura e possui ligação através da estação na praia Laranjeiras. O padrão de qualidade que mantem ao longo do ano, com meios de transportes climatizados atende turistas e moradores, cobrem toda a costa e bairros afastados, tornando possível aos parques que se situam em pontos mais retirados do centro receber visitação de qualquer público. Os moradores temporários se dividem em turistas em geral nos meses de verão, turistas de eventos durante os períodos de baixa temporada, no mês de março para a terceira idade e em períodos de aulas para os estudantes das universidades de Itajaí e Balneário Camboriú.

Segundo Montenegro Jr. (2004) as regiões costeiras são lugares privilegiados por seus atributos associados de fatores físicos, ambientais e humanos que intermediam relações econômicas e socioespaciais. A importância do lugar esta guardada num conjunto de dados espaciais que se revelam através do patrimônio cultural. São testemunhas da história da região, do modo de vida e dos costumes da comunidade, ao mesmo tempo guardam características socioeconômicas e da paisagem natural. Em Balneário Camboriú este conjunto pode ser observado no bairro da Barra onde a Igreja de Santo Amaro datada de 1840 fora construída pelos pescadores se utilizando de óleo de baleia.

Os resquícios da atividade pesqueira artesanal, atualmente mais profissionalizada, a gastronomia a base de frutos do mar e de produtos da maricultura, a agricultura de subsistência, a foz do Rio Camboriú e seu contingente de embarcações, maior rio que corta a barra sul da cidade possuem as características das manifestações culturais regionais do descendente açoriano

presente desde as primeiras povoações de toda a costa litorânea catarinense. O conjunto do patrimônio natural presente na vegetação costeira, manguezais e mata atlântica não é tido e nem trabalhado como atrativo, mas está presente e certamente exerce atratividade sobre o visitante. Fatos que comprovam a importância da natureza sobre o turismo podem ser vistos no número de visitação que os parques recebem. O parque Unipraias localizado no topo do Morro da Aguada ao sul do balneário fora construído em 1999, com acesso por teleféricos, apresenta em salão de exposição o acervo histórico-cultural de artistas e arquivos históricos locais e regionais, apresenta também um programa de educação ambiental direcionado, com atividades na mata que cobre o morro e contempla o público pagante.

O parque Cyro Gevaerd de 1981, conhecido por se localizar junto ao Zoológico da SANTUR às margens da rodovia BR 101, recebe o público interessado na biodiversidade, com palestras, demonstrações e monitoramento que faz parte da educação ambiental do local. A pesquisa realizada para estudos (ACHUTTI e BRANCO, 2003) sobre a abordagem ambiental no zoológico do parque revelou que 44% dos visitantes responderam que educação ambiental significa educação pura e simplesmente, estes visitantes também acreditam que educação ambiental no parque tem a função de conscientizar.

As poucas áreas que contêm cobertura vegetal são os topos de morros, sendo uma positivamente a cidade ladeada por inúmeros deles, alguns resquícios da mata estão comprimidas entre edificações, em ilhas do Rio Camboriú, e nos limites da faixa central de areia, ainda assim estas sofrem completa intromissão de estruturas construídas em forma de trapiche para organizar a circulação e o acesso às praias do pontal norte. Ao sul, a dificuldade e a falta de acesso ao bairro da Barra, mais antigo e carregado de símbolos culturais da região, permitem maior conservação e menor invasão da vegetação costeira. Esta realidade demonstra a necessidade crescente de ferramentas que sensibilize e mobilize atores sociais para a conservação dos últimos remanescentes de Mata Atlântica, que abriga a biodiversidade e o ambiente frágil de manguezais bem como o maior recurso hídrico local, o Rio Camboriú.

3 APORTES TEÓRICOS SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA O TURISMO

3.1 Educação ambiental: considerações

A educação é indispensável à construção da sociedade, ela se constitui em ferramenta, meio e/ou fim, para os ideais de paz, cidadania e desenvolvimento contínuo. É um exercício dos homens para com os homens acerca das vontades e Inteligências que é demonstrado de modo amplo individual e coletivamente, (PELICIONI, 2004; TRIGO, 2002; DURKHEIM, 1978).

A educação é um dos meios para a produção de conhecimentos que permitem ao homem refletir sobre suas percepções e condições de existência, capacitando-o para a realização em sociedade, segundo Loureiro (2004), para Delors *et al* (2002) essa compreensão do mundo estende-se à compreensão das relações entre homem e meio ambiente.

Surge desta interrelação, sociedade (homens), educação (conhecimento) e natureza (ambiente), o fenômeno social chamado educação ambiental, que “nasce como um processo educativo que conduz ao saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado [...] da apropriação e do uso da natureza” (SORRENTINO, 2005).

A educação ambiental (RAMOS, 2006) é um tema transversal, que decorre de vários temas associados a sua abordagem, entre eles: ecologia, meio ambiente, interdisciplinaridade entre outros. Estes temas são inseridos na prática através das ciências naturais, humanas e sociais (SATO, 2001), aproveitando-se do conteúdo específico de cada área que conceitualmente abre as discussões sobre aspectos ecológicos, sociais, políticos e econômicos, em contribuição a formação de indivíduos reflexivos e conscientes.

O caráter interdisciplinar está presente nas reflexões da educação ambiental, tanto que se torna imprescindível nos estudos acadêmicos, na pauta de organizações ambientalistas e em registros oficiais promulgados por entidades organizadas (TOZONI-REIS, 2004). A interdisciplinaridade envolve um grau muito grande de participação e dedicação, devido à necessidade de reunir grandes referenciais teóricos para a realização de conteúdos diversos numa linguagem de fácil entendimento com vias a desenvolver o espírito crítico e despertar o interesse

pelo ensino-aprendizado. A educação ambiental trata-se de um processo contínuo e lento de estudo, pois o indivíduo neste processo precisa construir nova postura, postulada pelo saber e o fazer dele e de outros em resgate a sua própria sapiência.

São muitas as maneiras de conceber e versar a educação ambiental, desde as primeiras menções sobre a problemática ambiental, o tema se tornou uma preocupação recorrente. Na década de 60 as discussões atingiram níveis globais e as discussões em conferências e encontros passaram a fazer parte de tratados, programas, cartas, protocolos e outros documentos sobre a educação ambiental como marcos conspícuos de seus princípios e definições sob a égide dos quais se trabalha atualmente.

Desde as primeiras menções até o presente momento a educação ambiental evolui em conceitos e em importância. Do contexto histórico que levou a ser destaque na Conferência da Organização das Nações Unidas - ONU (ZEPPONE, 1999) como um recurso de combate a crise ambiental que em 1972 já era considerada crítica até a ECO 92 quando se discute a Agenda 21 onde são firmadas as convenções que servirão de referências a normas da legislação ambiental (DUSI, 2006).

No Brasil, o interesse pelas causas ecológicas conforme Carvalho (2001) começa nos anos 70, esta é a época e o contexto onde surge o *“pensamento ecologista brasileiro contemporâneo”* com *“intenso debate político-cultural”* (p.77), a autora sintetiza em sua obra os movimentos, ativismos e lideranças *“ainda que de forma dispersa”* (p.146) insurgiram deste momento histórico assim como os precursores que contribuíram para a educação ambiental atual.

Os debates se intensificaram nos anos 80 entre atores sociais (fundação do Partido Verde), de forma que além de ganhar força política, movimentou organizações e frentes populares cobram por políticas que legitimem e democratizem o acesso aos recursos naturais e uso sustentável dos mesmos. Nesta década se promulga a Política Nacional de Meio Ambiente (1981) onde a questão ambiental passa a ser discutida, enquanto gestão de políticas públicas onde então se iniciam as primeiras incursões de componentes ambientais na educação institucionalizada de modo interdisciplinar no país.

Com a Constituição Federal de 1988, assegura à nação o direito a sustentabilidade e institui a Educação Ambiental como um dos meios de atingir este direito. Para Dusi (2006) estes anos também celebram o marco inicial das pesquisas

para a avaliação de impactos ambientais - AIA, voltada aos setores de geração de energia, juntamente governo e construtoras da época promovem uma corrida desenvolvimentista do setor energético do Brasil.

Segundo Carvalho (2001) os anos 90 foram marcados pelas parcerias entre organizações da sociedade civil, para a institucionalização de movimentos, de organizações não governamentais e execução de políticas públicas estimuladas pelas transformações sociais e políticas. Na mesma década diversas ações em educação ambiental desenvolvidas pela sociedade civil e por políticas públicas tomaram vulto e crescem no Brasil, observa Ramos (2006). A Comissão Interministerial com a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio-92 considerou a educação ambiental como um dos instrumentos da política ambiental brasileira.

Em 1991, instâncias do poder são designadas para lidar com o aspecto ambiental, formando grupos voltados exclusivamente a Educação Ambiental convalidados pelos órgãos competentes da educação e sistemas de meio ambiente.

A partir do marco ECO-92 muitos estudos e obras passam a ser desenvolvidos a fim de formular, conceituar e avaliar as práticas da educação ambiental. Inicia-se um processo que vem cobrir a lacuna de anos de defasagem da literatura e estudos pedagógicos sobre o meio ambiente (VERNER, 1994) no Brasil, na concepção de que educação para todos é uma exigência da humanidade e a educação ambiental é uma exigência da condição pós-moderna (REIGOTA, 1998).

Pela Política Nacional de Educação Ambiental que promulgou em 1999 a Lei 9.795 fica entendido no art.1º por educação ambiental,

“Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 2009a).

Com base nesta lei a educação ambiental deve permear todas as esferas de atuação e modalidades do processo educativo, sendo formal ou não formal/informal. A educação ambiental formal é atribuída à escola onde deve ser desenvolvida de acordo com programas curriculares de instituições do ensino público e privado. Para Carvalho (2001) os trabalhos da educação ambiental nestes âmbitos são mais frequentes e contínuos. Às escolas é dada a incumbência de transmitir os

conhecimentos sistematizados através de atividades dirigidas levando-se em conta o contexto histórico e social de cada instituição.

A educação ambiental não formal é todo e qualquer trabalho realizado fora do âmbito escolar. Geralmente acontece no âmbito das comunidades, segundo Figueiredo (2006), a educação ambiental não formal se utiliza do espaço comunitário, um território fértil, privilegiado e dinâmico para sua atuação. Devido à diversidade de público da não formalidade da intervenção, muitas organizações passaram a desenvolver a educação com uma ampla proposta de cunho ambiental, entenda-se como social, cultural, ecológico, econômico e todo meio tecnológico, político, científico e ético.

Zeppone (1999) enfatiza o crescimento da educação ambiental informal que parte da multiplicação de iniciativas e do número elevado de interesses pelas questões ambientais. A idéia de que a educação ambiental está ligada a natureza também está em processo de reavaliação, isso é constatado pela vasta literatura e estudos que provam que os impactos ambientais são causados pela desestrutura sociocultural, ecológica e econômica.

A educação ambiental tem a conotação de chamamento para a vivência junto à natureza num processo educativo que se inicia na observação do entorno da área em que o individuo vive, com quem ele se relaciona, onde ele se forma e se reproduz física, biológica ou intelectualmente (MINC, 1997). A educação ambiental tem a função de abrir horizontes para que a interação passe a ser continua e construtiva, através de ações pedagógicas práticas. O individuo ao participar do processo educativo adquire autonomia sobre a aprendizagem. A educação ambiental tem o papel fundamental de fomentar a percepção da sustentabilidade (GUIMARÃES, 2000) e a compreensão do lugar (SILVA e DUARTE, 1999). Também é ferramenta para a justiça social (REIGOTA, 1994).

A educação ambiental parte da complexidade do pensamento para romper com os paradigmas tradicionais (MORIN, 2005), penetrar nas ideologias na busca de novas convicções e sentimentos em relação ao meio ambiente, a educação ambiental tem esta função integradora que deriva de seus princípios. Os diferentes assuntos abordados dentro da temática da educação ambiental parte do esforço de transportar o individuo ao patamar de responsável pelo universo do lugar que se vive e pessoas com quem convive porque eles dependem de sua atuação. Segundo Leff (2001) a complexidade ambiental está na construção e a desconstrução da

consciência que a educação admite a partir de uma nova racionalidade dos indivíduos como forma de se reapropriar do mundo.

O reconhecimento de que a educação ou processos educativos estejam frente às possibilidades de mudanças e reversão do quadro degradante que o meio ambiente fora submetido, é parte do consenso social contemporâneo e isso se observa em todos os níveis, conforme Berté (2004). É primordial para a educação ambiental, a compreensão de que humano e meio ambiente são complexas partes do todo que resultam da influência mútua entre aspectos biofísicos e socioculturais (DIAS, 1994).

Segundo Ramos (2006) atitudes e comportamentos são determinados por nossos valores e crenças que se retroalimentam positivamente e são ressaltadas pela educação ambiental. Tomazello e Ferreira (2001) afirmam que as ações são dirigidas para a problemática ambiental devem ser com base no conhecimento do ambiente, portanto por mais fragmentada e informal que seja a educação ambiental o educador deve relacionar o ensino-aprendizagem aos modelos teórico-práticos nas atividades educativas.

Sintetiza Figueiredo (2006) em seu estudo e atribui a Sorrentino a identificação de correntes da educação ambiental, sendo: a conservacionista, educação ao ar livre, gestão ambiental e alfabetização ecológica, e divide-as, em duas tendo as primeiras, características naturalistas seguidas das últimas voltadas aos aspectos sociais e políticos da problemática ambiental. A educação ambiental em parques envolve a educação ao ar livre que conforme Ramos (2006) aumenta o conhecimento e a capacidade de desenvolver atitudes responsáveis, como: menor consumo, técnicas de mínimo impacto, ética e conduta responsável, estas atitudes são proporcionadas pela dinâmica do programa de educação ambiental.

Seguindo a linha de pensamento da educação ambiental que envolve ética, política e por consequência responsabilidade e pertencimento, Sorrentino (2005) afirma que o processo educativo é um condutor do saber ambiental, firmado pelos valores e pelas regras imbuídas política e eticamente para o viver social e o fazer social, reconhecidos pelo usufruto da natureza, pelas forças produtivas e pela aquisição considerando perdas e ganhos.

A questão ambiental integra o cotidiano das pessoas bem mais que simplesmente uma circunstância sistêmica, que interliga e relaciona ambientes numa ação mútua e contínua, há na relação interativa um processo de troca

constante com o meio que determina a vida do indivíduo, é este também um aprendizado, através da conexão com a natureza e mudanças na atuação sobre o ambiente (TOMAZELLO e FERREIRA, 2001).

Segundo Sauv  (apud Ramos, 2006), a educação ambiental pode apresentar algumas variações, no que concerne aos propósitos do referencial de estudo. Estas variações definem que os estudos são ‘sobre’ o meio ambiente quando se tem o meio como objeto ou os estudos ‘no’ e ‘para’ o meio ambiente quando o mesmo se constitui em meta do aprendizado. Invariavelmente a educação ambiental em qualquer uma das variáveis envolve interação, conhecimentos, estratégias e as atitudes conservacionistas.

Em estudo, sobre as representações do meio ambiente que são utilizadas na educação ambiental, Moya Neto e Guerra (2001) identificam que o meio ambiente representa bem mais que um espaço natural, percebe-se, como: natureza: animais, água, vegetação e paisagem; como recurso: pesca; como problema: desmatamento, queimadas, rios poluídos, lixo; como sistema: praias, rochas e mar; como meio de vida: moradia, escola, locais de consumo; como biosfera: planeta terra e como projeto de vida:  tica, nas relações e ações, compromissos e diálogo entre a cultura e natureza. O estudo revela que o contato com a educação ambiental permite ao aluno ter uma visão mais ampla do cotidiano, do ambiente que cerca o homem.

3.2 A relação educação ambiental e turismo

O turismo, atividade dinâmica que conduz o meio ambiente às transformações nos âmbitos que lhe constitui, como: social, cultural, natural e econômico, gera impactos tanto positivos quanto negativos (AULICINO, 2001; OLIVEIRA, 1998; ROSS, 2001; RUSCHMANN, 2002; BURNS, 2002). Com ressalvas as formas como foi planejado, concebido ou está sendo praticado torna-se um importante canal de contribuição ao desenvolvimento com base na sustentabilidade. As expectativas geradas pelo seu crescimento no mundo, quanto ao efeito multiplicador e potencial para o desenvolvimento, figuram hoje como alternativas socioambientais em programas e planos emergentes para alavancar a economia, inclusão social e preservação ambiental, além de representar para determinadas comunidades um caminho para o resgate dos seus valores e dignidade (RUSCHMANN, 2002).

O turismo pode estar vinculado à educação ambiental através do caráter educativo que obsecra e também por um grande número de atividades que dependem do meio ambiente ou de sua permanência para existir. As áreas naturais são protegidas para a conservação de sua biodiversidade, visando regulamentar as ações do homem sobre os bens naturais (COSTA, 2002).

O uso público e o turismo em áreas naturais nos objetivos da conservação determinados pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA (2000) possuem estreitas relações, conforme segue:

- promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.

Alguns ambientes que são especialmente mantidos para a conservação de sua natureza, são também fatores de atração para a atividade turística, como é o caso das unidades de conservação.

Conceitualmente o turismo segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT (2001) tem um interesse crescente pelas áreas naturais, assim como as destinações começam a se utilizar destes meios para atrair demanda que exige diversificação na oferta de atrativos. É tido como um movimento promissor ao demonstrar resultados relevantes econômico, cultural e socialmente.

Os três elementos considerados componentes do sistema do turismo pela OMT (2001), identificados e adaptados por Burns (2002), são: demanda por viagens (fatores econômicos, políticos, sociais e culturais); serviços intermediários (estrutura hoteleira, transporte, agencias e guias) e a atratividade da destinação (atrativos naturais, acessibilidade, qualidade de vida local – estabilidade econômica e política). A interrelação destes elementos dinamiza o sistema turístico.

Dentre as segmentações do turismo que mais se aproximam do uso sustentável do meio visitado e dos processos educativos da educação ambiental está o turismo baseado na natureza ou então a expressão mais adequada à prática “*turismo alternativo*”, abre o leque às alternativas: turismo ecológico, turismo rural, ecoturismo, turismo sustentável, turismo responsável (PIRES, 2002, p.111). Em determinados destinos o ecoturismo, por exemplo, age como ferramenta de conservação por atrair divisas, por ser potencial atrativo e uma prática sustentável (SERRANO, 2000; SERRANO e LUCHIARI, 2005). Para Ham (1992) métodos, como

a interpretação ambiental, empregados no ecoturismo favorecem a educação ambiental. A interpretação dentro da educação ambiental é a comunicação de significados, estímulo e sentimentos (MURTA e GOODEY, 2003).

Na relação homem-natureza, suscitam-se discussões no que concerne a influência da natureza sobre o turismo ao qual se concede como atrativo, meio e condição de existência e, a influência que o turismo exerce sobre a natureza, na geração de impactos e/ou na preservação e na qualidade do meio que o faz existir, (RUSCHMANN, 2004). Como parcela de responsabilidade na formação harmoniosa dessa relação, o turismo vê na educação ambiental uma oportunidade de reflexão, como meio de incorporar conceitos e idéias, consciência e engajamento, na sua prática junto à natureza ou na tentativa de manter seus atrativos com tendências a evolução dos recursos para sua qualificação. A partir da multiplicidade de abordagens, educadores ambientais desenvolvem estudos associados às práticas ambientais na busca de melhor alcançar e obter participação dentro das expressões pedagógicas de ensino-aprendizagem.

De acordo com um estudo realizado pela IPK Internacional em 2007 sobre a importância da natureza na escolha da destinação 56% dos entrevistados julgaram de importante a muito importante, e, 37% apreciam a natureza por suas paisagens originais e pela natureza intocada. São notas para a importância da educação ambiental que garante a qualidade do ambiente, através da conscientização e da sensibilização que delega ao visitante a responsabilidade pelo ambiente que aprecia.

Mesmo o turismo de público diferenciado com práticas sob os princípios sustentáveis como o ecoturismo tem seu potencial de impactos, quer sobre as áreas naturais ou nas unidades de conservação onde está sendo praticado (SERRANO, 2000; SOLDATELLI, 2005; PIRES, 2006). De acordo com Mastny (2002) o turismo cada vez se insere nos lugares mais remotos, se seguir esta tendência preconizada pelo autor caberá ainda mais a educação preservar estes meios da ação humana.

Impactos negativos podem interferir no processo de continuidade e/ou sobrevivência do atrativo, direto ou indiretamente. Quando os impactos são negativos os custos são globais, o processo negativo tem maior poder de dispersão, deixando de ser a atividade que *“permite a apreciação e o estudo da natureza e suas singularidades, sem comprometer a originalidade e autenticidade dos meios visitados”* (RUSCHMANN, 2002, p.133). Os impactos são repercussões desastrosas

sobre o meio ambiente social, ecológico e cultural que reflete também economicamente. A perda da qualidade do atrativo, de qualidade de vida e estima da população, bem como a tolerância ao visitante, são resultados destes impactos.

Os cuidados com os recursos naturais devem ser mais intensos quando o turismo passa a atuar sobre o local, segundo Pires (1998 *apud* BUENO, 2006) no turismo, o comprometimento com a conservação e com o manejo deve ir além da dependência do meio ambiente como cenário, dos atrativos naturais e culturais, deve ser um compromisso sustentável do espaço com participação efetiva das comunidades locais, com a propagação da consciência ecológica proporcionada pela educação ambiental

Conforme Pimentel (2003) quando turismo, ambiente natural pessoas e qualidade se relacionam, um passa a depender do outro para sobreviver, somente quando houver integração entre eles as atividades realizadas neste contexto se caracterizarão como ecológicas e estas são vias para o desenvolvimento sustentável. Tendo na sustentabilidade os seus princípios Sachs (2000) aporta conceitualmente a redefinição das relações homem-natureza, evocando a necessidade de mudança dos paradigmas, como ritual para uma volta a gênese humana de harmonia com o meio natural.

Defende ainda (2004; SWARBROOKE, 2000) a possibilidade de um desenvolvimento sustentável, como alternativa possível e aspirada para o equilíbrio social, cultural, ambiental, territorial, econômico, político nacional e internacional. Na escala prioritária para o desenvolvimento sustentável, o planejamento é a garantia do desenvolvimento eficiente e equitativo. Para Salvatti (2003, p. 34) o planejamento se refere a *“um processo dinâmico e contínuo de definição de objetivos, metas e ações de forma integrada entre os diversos agentes sociais de interesse”*, que somente é possível a partir da interação dos atores sociais e atividades de apoio que resultem na integração turismo e local.

De acordo com Delors (1999) a partir da inteiração do real o indivíduo ativa seu sentido crítico adquirindo autonomia através de inquietações. Permitindo-o entrar na corrente do equilíbrio ambiental para que aguace os seus sentidos para a sustentabilidade através da quebra dos paradigmas atuais de desenvolvimento (JACOBI, 1997) e do ceticismo economicista. A qualidade do turismo estará comprometida enquanto persistir a concepção histórica de que a natureza e o meio

ambiente são fontes infinitas de recursos, segundo Guerra (2001) este é um entrave para o sentimento de preservação.

Segundo Carneiro e Faria (2001, p.11) *“O aspecto mais crítico para o desenvolvimento do turismo é a estabilidade da atividade turística em altos padrões de desempenho”*, A sazonalidade promove uma batalha das destinações para conseguir manter a atividade preservando ou elevando a qualidade na oferta do produto e dos serviços na estrutura que atende diretamente ao turismo. Dentre os efeitos sazonais que dificultam a manutenção da qualidade do atrativo, a destinação deve ter como preocupação a capacidade de carga de seus atrativos que podem determinar seu ciclo de vida.

A capacidade de carga além de ser um método para a gestão de impactos é também um modo de estabelecer condições aos visitantes de usufruir do atrativo. Para o turismo ao determinar a capacidade máxima de visitantes, a destinação eleva a qualidade dos atrativos, serviços e equipamentos que poderão suportar a visitação sem comprometer a integridade dos recursos naturais garantindo a harmonia das atividades humanas (RUSCHMANN, 1997). O local maximiza assim as oportunidades e acesso a recreação, educação e interpretação ambiental, o que serve muito bem aos propósitos da atividade turística e da preservação do local.

A procura cada vez maior pelas áreas naturais para as atividades turísticas está ligada a satisfação pessoal do contato com a natureza, observação da paisagem e a recreação. Alguns fatores determinantes, como: tempo livre e valorização do lazer, crescimento populacional e urbano contribuíram para que as unidades de conservação - UC e áreas naturais intensificassem os cuidados com seus recursos, através de categorias de manejo, as UCs se adequam ao contingente humano que recebe ou está apto a receber (TAKAHASSHI, 1998).

As áreas naturais protegidas são destinadas à conservação da diversidade biológica das superfícies de terras ou mar, nelas as áreas relacionadas que detem recursos naturais e culturais estão sujeitas a regulamentação, fundamentos e planos de gerenciamento (COSTA, 2002), de acordo com a União Internacional para Conservação da Natureza - UICN. No Brasil estas áreas protegidas estão regulamentadas pela Lei n. 9.985/00 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

Conforme o MMA (2000) é considerado uma unidade de conservação o

“espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

E em conformidade com o SNUC que enquadra e classifica de acordo com os objetivos de conservação, as UCs dividem-se em: Unidades de Proteção Integral (Parques Nacionais) e Unidades de Uso Sustentável. Cada unidade possui um zoneamento que assegura o uso público da UC, as atividades e funções previstas no plano de manejo para que não entrem em conflitos entre si (WEARING e NEIL, 2001).

O turismo tem interesse no conjunto de atrativos que é assegurado pelo SNUC em um de seus objetivos - favorecer condições e promover a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico. Salvo as UCs de proteção integral onde o objetivo principal é conservação da natureza e pesquisa científica pela singularidade dos atributos naturais e objetivos da categoria, as demais são tomadas por visitantes atraídos pelas paisagens naturais de parques, reservas, áreas de proteção e florestas nacionais.

Segundo Neto (2008), numa unidade de conservação a preservação dos elementos naturais depende da convicção dos objetivos básicos de criação para que ações e procedimentos sejam executáveis, e um destes instrumentos é o plano de manejo. O parque para ser turístico, segundo Boullón (2002) primeiramente devem ser protegidas as suas bases, que são suas características de ambiente ecológico e somente depois considerar o potencial turístico. Para Barros e Dines (2000, p.51) *“o desejo da visitação a parques está na fruição estética do ambiente natural”*, em Bruhns (2000) trata da natureza como território da experiência, enquanto Yázigi (2003) defende a natureza como atrativo sempre almejado, que se constitui na maior paisagem do turismo.

As áreas naturais desde as primeiras viagens fazem parte do itinerário de uma atividade em expansão, conforme CASTRO (2006b, p.52), *“o turismo é um poderoso agente de (re) qualificação espacial, social e funcional dos lugares”*, mas para Knafo (1999) as atividades significam somente o lugar em processo de transformação. Esta transformação é marcada por uma complexa dominância, conforme Ab' Sáber (2003) essa relação representa duas organizações opostas, primeiramente a complexidade das forças naturais molda a magnitude do que se

denomina paisagem ou natureza para depois o homem inferir sua significância sobre ela, tornando-a uma herança.

A paisagem é a expressão espacial para a diferenciação natural e cultural destes lugares, é o cenário da atividade humana (PIRES, 2001; 2005). Toda a paisagem em potencial exerce magnetismo sobre o comportamento humano, além de ser um indicador da qualidade, afirma o autor, é um recurso básico do turismo, dando notas da qualidade do turismo local. Castro (2002a) confirma, a paisagem tem potencialidade para desenvolver o imaginário social, *“despertar imagens e lembranças adormecidas, se constitui num museu de imagens passadas possíveis, produzidas e a produzir”* (p.129).

Na concepção de Santos (1996) a paisagem é a representação cultural apresentada através de conjunto de formas denotando as atividades do tempo e a estreita relação humana com o natural. A paisagem possui as características das manifestações culturais ali empreendidas, forma um mosaico de diversidades social, cultural e natural, conforme abordagens conceituais de Pires (2001) a paisagem se apresenta nas dimensões visual, cultural e ecológica, caracterizada por elementos naturais ou artificiais ligados a forma da terra, água, vegetação e estruturas artificiais – devido ao grau de atividades e os espectros indiretamente estabelecidos pela ação humana. Para Schama (1996) são estes atributos que constroem a característica do lugar.

Paisagem, território, espaço geográfico qualquer que seja a referência dada ao espaço utilizado para o turismo, (CASTROGIOVANNI, 2001; OLIVEIRA, 1999), os autores defendem a concepção de um novo modo de agir na formação de bases educacionais, que a paisagem representa visivelmente a troca de informações e de energias entre homem e natureza, cabendo desta forma a todos interagir. De maneira subjetiva a paisagem envolve uma visão de mundo, adotada pelo imaginário consciente ou subconsciente. Rodrigues (1999) afirma que a paisagem é mais complexa do que podemos observar, ela está impregnada de significados e símbolos que o nosso intelecto cultural constrói ao interpretá-la.

Neste contexto a educação ambiental favorece o individuo capacitando-o para a percepção da paisagem. Urry (2001) sugere que as pessoas precisam hoje apreender e reaprender para onde e quando olhar. A paisagem e educação ambiental podem ser concebidas como padrão de qualidade para o turismo redesenhando o *“espaço de aprendizagem para arquitetura de um novo projeto de*

sociedade, inspirado num conceito de democracia participativa” (VIEIRA, 1998, p.91). Segue a premissa de que não se dissocia o visitante do ambiente visitado por mais que aquele não seja o seu lugar, porém sendo o lugar de muitos outros indivíduos igualmente conectados ao ambiente e as ações de todos.

Para Faria e Carneiro (2001),

“A relação do turismo com o meio ambiente dá-se principalmente por meio da paisagem, transformada em produto a ser consumido. Invariavelmente são observadas modificações onde ocorre o turismo; e não somente no meio ambiente natural, como na comunidade local” (p.70).

A gestão racional dos atrativos naturais pode ser uma ferramenta para a qualificação do turismo, na conservação do meio ambiente e na educação de seus visitantes para vencer o desafio de sustentabilidade com o desenvolvimento equitativo e proteção da herança cultural da comunidade para melhoria da qualidade de vida local. Pires (2000) elenca alguns indicadores da qualidade da estética do lugar ou pode-se dizer da qualidade ambiental, quais sejam: Diversidade - expressa a variedade paisagística; naturalidade - representa o grau de equilíbrio ecológico; singularidade - apresenta a unicidade, grandiosidade, interesse histórico, beleza e excepcionalidade e os detratores - que pode ser a artificialização ou condições naturais.

Dentro destes indicadores mais expressões podem ser citadas, mas para a educação ambiental, estes elementos são os mais visíveis e necessários para a qualificação do turismo enquanto atividade e enquanto turista. As experiências junto à natureza possuem estimável poder de incutir a filosofia da educação ambiental.

Conforme Ruschmann (2001)

“a educação ambiental deverá ser desenvolvida por meio de programas não formais chamando o “cidadão - turista” a uma participação consciente na proteção do meio ambiente não apenas durante as férias, mas também no cotidiano, no local de residência permanente” (p.75).

Numa avaliação do convívio coletivo e da relação da sociedade Sato (2002) defende a recriação da educação ambiental que deve ser concebida como uma convergência das relações sociais diante da dinamicidade do mundo. Dusi (2006) enfatiza a urgente reorientação dos programas de educação ambiental visando aproveitar a gestão da sociedade sobre os recursos naturais.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O turismo e a educação são áreas distintas que apresentam semelhanças, como na interdisciplinaridade que correlaciona espaço/cultura/educação presente nas manifestações e na dinâmica turística que engloba uma diversidade de áreas de conhecimento, num processo constante de aprendizagem (AZEVEDO, 1997 apud MILAN, 2007)

Já para Dias (2000) como a educação ambiental está atrelada as transformações ocorridas cognitivamente e afetivamente levando a atitudes, participação e empenho na proteção ambiental de modo interdisciplinar, de modo que se pode considerar que haja do ponto de vista teórico e metodológico, forte interação da educação ambiental com o turismo, de modo que este possa utilizar-se dos métodos desta, bem como de outras áreas do conhecimento relacionadas. Diante da abrangência dos temas turismo e educação ambiental, o estudo se utiliza dos diversos aportes teóricos que permitem a abordagem.

Como a ciência social valoriza o entendimento e o conhecimento do processo dinâmico de grupos sociais para entender os fenômenos, este estudo adota uma metodologia qualitativa porque deste modo é possível relacionar conceitos, abordagens e suposições mais abstratas permitindo assim atravessar temas, disciplinas, campos que se façam necessários para a interpretação dos dados coletados (RICHARDSON, 1999; DENZIN E LINCOLN, 2006).

Dentro das diferentes abordagens possíveis na pesquisa qualitativa, adotou-se a pesquisa documental e o estudo de caso. Conforme Godoy (1995), o exame de documentos pode oferecer base útil e diferentes enfoques para a interpretação. O autor entende o estudo de caso como o exame detalhado de um determinado ambiente, sujeito ou situação, uma análise profunda de uma unidade de estudo.

Na pesquisa qualitativa o estudo de caso é uma estratégia de busca com o objetivo de responder ou investigar o questionamento central da pesquisa como um estudo exploratório, permitindo melhor adequação do instrumento de coleta à realidade local. A análise se inicia com a visita de observação ao local, a partir do primeiro contato com o pessoal local, conhecimento dos documentos que dispõe sobre as leis que instituíram a criação do programa de educação ambiental, sobre o material explicativo e informativo do parque.

Seguindo as recomendações de Yin (2005) sobre a necessidade de cruzar dados coletados, com informações oficiais, averiguar diversas fontes, para que os fatos sejam confiáveis e aceitáveis como parte da produção científica foram feitos os cruzamentos necessários facilitando a análise dos dados. Como a pesquisa possibilita também a coleta de dados empíricos e com métodos como entrevista, questionário e observação, também aplicados complementarão este estudo. O envolvimento do pesquisador com o grupo pesquisado, também permite socialização (LÜDCKE E ANDRÉ, 1986), dando à pesquisa qualitativa bem mais flexibilidade.

O assunto foi explorado a partir de uma revisão bibliográfica e estudos já realizados e publicados. Fez parte das fontes auxiliares para análise a Política Municipal de Educação Ambiental fornecida pela Secretaria do Meio Ambiente de Balneário Camboriú, política que institui e regulamenta o programa de educação ambiental do município - PEA; a leitura do Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA e a Política Estadual de Educação Ambiental - ProEEA/SC. O encontro de informações facilita a interpretação dos dados. (FRANCO, 2005).

4.1 Procedimentos

O instrumento de coleta utilizado foi a entrevista, pois este modo possibilita maior interatividade com os entrevistados (um educador e nove visitantes) e a obtenção de mais informações que as previstas ao formular as questões, facilitando o alcance dos objetivos da pesquisa. A exemplo de programas de educação ambiental e de responsabilidade socioambiental como da ONG Apremavi, Fundação O Boticário, Itaipu Binacional, Parques Unipraias e Cyro Gevaerd, cuja leitura colaborou para o entendimento e a formação das questões para a entrevista e coleta de dados.

As visitas ao parque foram realizadas nos meses de fevereiro para observação e março para coleta junto a SEMAM, Como não houve a possibilidade de realizar a entrevista, as informações adquiridas através de outras fontes (*home pages*) permitiu o conhecimento superficial da situação.

As entrevistas foram aplicadas em abril de 2009, num total de 10, sendo uma educadora ambiental, e nove visitantes, divididos igualmente entre comunidade, turistas e estudantes. As entrevistas foram de dois tipos: uma semi-estruturada

direcionada a educadora ambiental, as outras entrevistas direcionadas ao público eram compostas de sete questões fechadas, onde em uma questão o entrevistado atribuía um grau de importância (de 1 a 4) ao parque. As entrevistas foram realizadas durante a primeira quinzena do mês de abril com uma educadora ambiental nas dependências da SEMAM e com um total de nove visitantes no portal de entrada do parque.

O quadro a seguir relaciona os dados coletados aos objetivos propostos para melhor direcionamento na análise.

Aspectos relacionados ao	Questionamentos	Dados coletados relacionados aos objetivos
Parque	Quanto ao plano de manejo; Quanto às dimensões do parque; Quanto à visitação e capacidade/dia; Quanto a pesquisas de opinião e público;	Verificar como o parque direciona as atividades de educação ambiental
A Educação Ambiental	Quanto ao número de envolvidos no PEA; Quanto às atividades direcionadas; Quanto às atividades e métodos de abordagens do PEA; Quanto à abrangência do PEA;	Verificar o PEA quanto sua atuação no parque
Público	Quanto ao que o parque representa e sua importância para a cidade; Quanto ao programa e a educação ambiental, como o visitante os considera; Quanto à contribuição da educação ambiental para o turismo; Quanto às percepções e expectativas criadas pela educação ambiental em relação ao parque.	Contextualizar turismo e educação ambiental e suas relações

Quadro 1 – Relação das questões ligadas à coleta de dados de acordo com os objetivos específicos.

Segundo Carvalho (2004), a educação ambiental potencializa a mudança de valores e atitudes em contribuição a formação do sujeito ecológico, dotando-o com a

capacidade para identificar, questionar e agir sobre a gestão das questões ambientais.

4.2 Resultados, análise e discussão

4.2.1 O Parque Natural Municipal Raimundo Gonzalez Malta

A região que compreende o parque antes de ser povoada era local de passagem para os exploradores que transitavam entre Camboriú, Porto Belo, Blumenau e outras povoações da época. A riqueza natural do local privilegiado às margens do Rio Camboriú e coberto pela vegetação nativa tinha abundância de espécies animais e vegetais como palmiteiros, considerados próprios para caça e consumo. A alusão as trilhas abertas pelos exploradores do local está no material informativo do parque que atribui às trilhas existentes aos caçadores, revelando uma época de despreocupação com o meio ambiente.

Na história local assim como a regional de ocupação e exploração do Vale do Itajaí, o rio sempre é o protagonista das atividades econômicas e do fluxo social, usado como principal via de acesso entre interior e costa litorânea o Rio Camboriú, era o portal de entrada de capital, os barcos de pescas ancoravam e desovavam a produção diária na foz chamada pelos mais antigos de Gamboa. Com o passar do tempo, abertura de vias terrestres e a emancipação de Balneário Camboriú, o local ainda conserva suas riquezas biológico-paisagísticas, agora sua área está delimitada para proteção e preservação das espécies que o parque abriga. Seguindo a tendência de incluir recursos naturais no rol de possibilidades de desenvolvimento socioeconômico (WORSTER, 1991).

Em 1993 a administração municipal pelo Decreto n.2351 cria o Parque Ecológico Rio Camboriú, para se enquadrar na categoria de parque natural municipal conforme o SNUC e então para homenagear um de seus fundadores passa a ser o Parque Natural Municipal Raimundo Gonzalez Malta em julho de 2006 pelo Decreto n. 2611. O SNUC através da Lei n.9985 de 18 de julho de 2000 estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação. Para se encaixar numa das categorias de unidades de conservação, são necessários estudos técnicos que justifiquem a relevância local, a área deve ser

delimitada com detalhes e levantamentos bióticos e abióticos, seguido de consulta pública que oportuniza manifestações à criação da unidade.

Com uma área de 17 hectares o parque guarda uma vegetação típica original da Floresta Ombrófila Densa Atlântica (palmiteiros, canela, ipê) com uma infinidade de exemplares. A vegetação do mangue e de restinga com sua riqueza biológica e importância para o equilíbrio ecossistêmico (NORDI, 1992) são banhados pelo rio e respondem por boa parte das espécies existentes naquele habitat. Algumas aves migratórias anualmente retornam ao parque para procriar. As espécies da fauna (garça, mão pelada, martim pescador, lagarto, cobra, aranha caranguejeira, tamanduá) e uma biodiversidade de aves, répteis, roedores, anfíbios se refugiam no local e dependem daquele sistema terrestre, aquático e vegetação para sobreviver.

O parque trabalha com atividades que envolvem cultivo de plantas medicinais e atende por Complexo Fitoterápico Municipal, um acervo de 40 bromélias dentro do Jardim das Bromélias, um centro de produção de mudas de árvores nativas usadas para recuperação de áreas degradadas da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú chamado Viveiro Mata Atlântica. O parque abriga também a Casa do Pensamento onde equipe técnica e administração dividem o espaço com uma biblioteca Ambiental e as instalações da Secretaria do Meio Ambiente.

Um trapiche serve de ancoradouro para embarcações da fiscalização ambiental e para visitação de turistas. A  rea de lazer no Jardim São Francisco é um espaço aberto com lugar de descanso, um parquinho infantil e equipamentos. As trilhas, Graxaim, Caranguejo, Figueira, Bambuzal, Cooper, Gamboa e São Francisco, estão todas abertas e o transito   livre. Para atividades físicas os usuários devem utilizar a trilha específica. No local, animais atraídos por árvores frutíferas podem ser observados próximos ao corredor de visita o.

A fun o da sinaliza o e das placas informativas   alertar para a boa conduta e os cuidados ao adentrar o local, também para informar sobre as espécies que o parque protege, a nomenclatura está descrita pelos nomes científicos e comuns para facilitar o entendimento de todos os visitantes. As trilhas ou locais sinalizados aumentam o grau de interpreta o e incentivam a participa o na atividade proposta (GUILLAUMON, 1977; HAM, 1992).

As visitas em grupo são controladas pelo agendamento, principalmente no verão e o mês de julho são períodos que recebe maior número de visitantes. O controle é feito por número de passageiros no veículo de transportes, por dia só  

agendado um máximo de 02 (dois) veículos de 40 (quarenta) lugares porque além deste agendamento as pessoas da comunidade, turistas ou estudantes acompanhadas ou não é permitida a entrada. A figura 3 mostra o portão principal do parque, onde o controle de entrada de visitantes é realizado.



Figura 3 – Imagem do portal de entrada do parque
Fonte: Radar Sul, 2009

Os praticantes de esporte, lazer e comunidade que usam o parque não são contabilizados neste controle. Todos que passam pela portaria assinam um livro de visitas, que serve como ferramenta para avaliar a visitação. O livro tem espaço para preencher o nome, a cidade de origem e a data – permitindo conhecer a procedência do público e os períodos de maior visitação, não consiste num material de pesquisa, apenas quantifica o movimento diário.

O público diversificado possui interesse no horto medicinal, as ervas são distribuídas in natura ou na forma líquida e também no viveiro cujas mudas são doadas em eventos públicos para a comunidade, a visita ao horto também é permitida dentro dos limites estabelecidos. Durante o período de maior visitação o parque já recebeu público da Holanda, África, do MERCOSUL em geral, já que o destino Balneário Camboriú é visitado por europeus, sul-americanos entre outros.

O parque funciona para a comunidade como uma barreira verde para a intensidade e a agitação do município que funciona 24 horas em todos os dias do ano, mesmo localizado a pouca distância do centro e entre os bairros Municípios e Vila Real que juntos formam uma população de aproximadamente 13 mil habitantes, por se tratar de uma pequena área esta é uma grande população.

As excursões das escolas durante o período de aula e de idosos durante os meses da terceira idade que o município promove além de serem visitas programadas necessitam de diferenciação nas atividades, as trilhas não oferecem resistência, mas os cuidados são maiores. A procura do local para realização de estudos sobre e para o meio ambiente, além de atividades que são desenvolvidas com apoio de secretarias da educação e turismo, estes constam da empiria da autora.

Existem grupos que são freqüentes nas atividades semanais, como: religiosos, de estudos e lúdicos. Estes desenvolvem atividades que promovem e trazem de acordo com a finalidade da estadia no parque. As ações e as atitudes perante o tempo, o modo como se usufrui deste tempo, as manifestações culturais que ocorrem no lugar ou espaço da recreação, assim como as atividades que organizam espaço, tempo, ação, manifestação são meios eficientes para a educação (WERNECK, 2003).

O parque é administrado pela Secretaria de Meio Ambiente - SEMAM que com os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, planeja, coordena, executa e controla as ações voltadas ao desenvolvimento ambiental do município. Entre atividades da competência da SEMAM o programa "Plantas que Curam" que desde 1991 beneficia a população local, do entorno e visitantes com fitoterápicos cultivados no interior do parque, onde laboratório e atendimento alternativo acontecem. A SEMAM em convênio com o Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul - CEPESUL e Instituto Chico Mendes de Conservação a Biodiversidade - ICMBIO realizam pesquisas no manguezal do Rio Camboriú, cujos resultados servem como acervo de iniciativas de preservação e controle da qualidade ambiental. A produção de mudas de vegetação nativa é distribuída a comunidade com orientação de técnicos para o replante, assim como a criação do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú também de responsabilidade da SEMAM, no âmbito do parque as informações sobre estas realizações estão disponíveis para a comunidade científica.

Uma parceria entre SEMAM e Secretaria da Educação sob a orientação de diretrizes do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Terra Limpa passa a ser o Programa Municipal Terra Limpa de Educação Ambiental responsável pelas questões ambientais e elaboração de material educativo, divulgação, palestras e

atividades voltadas à educação no e para o meio ambiente e dirigidas à rede de ensino, a população local e aos visitantes do parque.

O quadro de colaboradores é efetivamente composto por quatro educadores ambientais e outros que participam das atividades do parque na monitoria das condições do local, na manutenção, limpeza, paisagismo, controle de entradas, segurança, monitoramento e atendimento. O funcionamento de 7 (sete) horas diárias, tem entrada gratuita, sendo que as segundas-feiras segundo as educadoras fica restrita a visitação ou não existe agendamentos para este dia.

4.2.2 Caracterização do Programa de Educação Ambiental

O Programa Municipal Terra Limpa de Educação Ambiental - PEA, através da Lei n. 2884 de 10 de setembro de 2008 da Política Municipal de Educação Ambiental - PMEa de Balneário Camboriú, passa a estabelecer estratégias e ações, critérios, instrumentos e metodologias para o fortalecimento das práticas de educação ambiental, desenvolvidas ou a ser implementadas - Art. 7º. Esta lei é parte do esforço do setor de educação ambiental do SEMAM e de educadores da Rede Municipal de Ensino que reconhecem a importância de sua atuação no contexto ambiental para a educação e formação de valores promoverão a mudança de comportamentos perante o ambiente social, cultural e ecológico.

O programa atua na rede de ensino do município em apoio e orientação a educação ambiental desenvolvidas em cada unidade escolar, nos programas isolados de entidades que se preocupam com a problemática ambiental e o consequente problema social. O PEA trabalha em parceria com a Secretaria da Educação incluindo a educação ambiental no Plano Político Pedagógico da rede de ensino.

O parque não possui um programa de educação ambiental específico, é aplicado o PEA municipal que ainda tem o local como instrumento didático para a prática da educação. As intervenções do PEA são dirigidas aos visitantes, que participam da incursão pela primeira vez ao interior do parque bem como as grupos que percorrem as trilhas e dependências de apoio.

O PEA utiliza as incursões de alunos da rede de ensino e o turismo de passeio nas trilhas do parque como ferramenta da educação ambiental, na prática para os

alunos esta é uma experiência que une teoria e vivência, para os turistas é uma maneira de sensibilizá-los para o comportamento que se espera em suas visitas, além de sociabilizá-los e demonstrar a qualidade do turismo responsável que o município e a comunidade local praticam. Segundo Nordi (1992) é imprescindível nas abordagens das relações humanas uma visão que desvincule um pouco a população humana das leis sociais e as integre mais as leis ecológicas.

As formas de educação que o PEA propõe são: formal e não formal, a formal é ministrada nas escolas com a participação de recursos docentes e pedagógicos desenvolvidos para o âmbito escolar e para integrar o currículo de ensino (COUSINET, 1974). A educação ambiental não formal trata-se do processo de ensino-aprendizagem proporcionados pelo PEA no parque através dos recursos paisagísticos, que testam e levam ao conhecimento do educando características da fauna, flora e das ervas medicinais, bem como parte da história que permeia a região do parque. Na educação não formal um conjunto de interações e construção de pensamentos resultados das relações sociais e manifestações culturais tornam o aprendizado mais espontâneo e contínuo, pois coloca o indivíduo em contato não com conhecimentos técnicos, mas com a realidade que pode ser modelada a partir da experiência pessoal.

A consideração de que a educação é imprescindível para preservação do meio ambiente para a mudança de atitude e consciência ambiental, denotou-se a importância de elaboração de programas de educação ambiental, alguns constam nos planos diretores municipais, outros são lançados como parte de ações das categorias de manejo ou ainda como parte de um processo pedagógico que visa atingir a sociedade capaz de se sensibilizar com os impactos a sua volta.

Um programa deve conter alguns aspectos que o relacionam a natureza e a qualidade dos recursos didáticos para a educação ambiental, para tanto devem evoluir e se adequar aos conhecimentos das ciências as quais se relaciona; deve incluir informações, opiniões e considerações de novos estudos científicos, das artes e de lideranças; deve adequar-se ao ritmo, especificações e grau de sensibilidade do aluno; deve despertar o espírito crítico e considerar as repercussões dentro da verdade da educação ambiental e por fim a própria educação ambiental deve ser sustentável, mínimos impactos e custos (CEROVSKY, 1977). Alguns aspectos dos recursos didáticos devem conter atributos que provoquem a empatia e ampliem a percepção e a experiência, segundo Mendonça (2000) este contato maior com a

natureza se dá graças ao desenvolvimento de metodologias e ao conhecimento do assunto.

4.2.3 Análise das entrevistas realizadas junto ao parque

A entrevistada é bióloga e educadora ambiental, está vinculada a Secretaria da Educação e trabalha com educação ambiental há seis anos. Na entrevista uma segunda educadora ambiental, também bióloga que trabalha com a temática há nove anos, contribuiu com informações sobre as ações que o PEA municipal desenvolve junto a visitantes.

Aspectos da educação ambiental no parque

A descrição a seguir expõe questões e dados captados durante a entrevista com a educadora ambiental.

Na **questão 1** - Em que ano foi fundado o Parque Ecológico Rio Camboriú agora denominado Parque Natural Municipal Raimundo Gonzalez Malta? Por quem é administrado? O Parque possui Plano de Manejo?

Buscou-se conhecer o parque que foi criado em 1993 e é administrado pela SEMAM – Secretaria do Meio Ambiente com recursos do FUNDEMA. O parque não possui Plano de Manejo. Na concepção da entrevistada como educadora ambiental o plano de manejo é imprescindível para o parque e para a educação ambiental, dito isso em referência às mudanças pelas quais o parque se submeteu. Mudanças estas que deverão incluir a criação de um plano de manejo, para atingir a categoria de parque municipal, exigências do SNUC.

Segundo a educadora, uma licitação para a sua criação será anunciada em breve. Com relação à nova denominação, antes Parque Ecológico Rio Camboriú - PERC que em 2006 recebe o nome de Parque Natural Municipal Raimundo Gonzalez Malta para homenagear um de seus fundadores. Esta data marca a nova fase do local que pretende se enquadrar como unidade de conservação.

Para a **questão 2** – Quais são as dimensões físicas, de infra-estrutura e humanas do parque? Assim como a **Questão 8** – Quantos colaboradores do parque estão diretamente envolvidos no PEA?

O parque possui uma área de aproximadamente 172. 000m², segundo a entrevistada este terreno vem sendo reduzido por conta da utilização para outros fins, pois parte do solo que estava fora da área cercada receberam algumas estruturas que abrigam programas municipais das áreas de assistência social e saúde, educação e desportos.

O interior do parque as construções, ao todo seis, servem os recursos humanos, atividades e materiais da SEMAM na denominada Casa do Pensamento, um local que abriga também uma biblioteca ambiental; o Complexo Fitoterápico com laboratório, com setores de beneficiamento de plantas medicinais e atendimento o público da medicina alternativa; o Viveiro Mata Atlântica com a produção de mudas de árvores nativas destinadas a recuperação de áreas degradadas e distribuição a moradores.

O quadro de recursos humanos do parque apresenta-se resumido de recursos humanos, sendo que para educação ambiental são destinados quatro educadores, funcionários efetivos. Conforme a entrevistada existe a previsão de contratação de mais pessoal entre eles dois monitores ambientais. A educadora entrevistada complementa que o parque possui dimensões ambientais que não cabem em sua área demarcada, ela se refere aos valores que o local representa em níveis sociais, culturais e ecológicos para a comunidade balneocamboriuense, dito isso pelo acervo natural de vegetação, animais nativos, manguezal e inúmeros benefícios trazidos pelas plantas medicinais.

A partir de visitas a *home page* do turismo municipal percebe-se que o parque é tido como um atrativo turístico, na **Questão 3** - Qual é público freqüentador do parque? E **Questão 5** – Qual é o período de maior visitação? Por quê? Buscou-se saber sobre o público freqüentador do parque, de acordo com a entrevistada são em sua maioria de alunos do ensino fundamental, com idade até 12 anos, da rede de ensino de Balneário Camboriú. Também há visitação de alunos de municípios vizinhos Itajaí, Brusque e Blumenau que realizam as visitas nos meses do período escolar.

O público composto por turistas visitam a cidade e veem o parque como opção de passeio. A entrevistada faz referências a grupos específicos de outros países que procuram o parque para conhecer o horto medicinal. Destacando-se no último mês os grupos de visitantes holandeses, africanos e argentinos. Um público que vai ao parque preferencialmente aos fins de semana é em sua maioria formado

por adultos que em grupo desenvolvem atividades interativas e de lazer, alguns são da comunidade e outros de comunidades vizinhas. Os meses de verão, de dezembro a fevereiro que coincide com a alta temporada do turismo, também são os meses de maior visitação no parque assim como no mês de julho quando há férias escolares.

Com relação à **questão 4** – O parque possui controle de visitação, qual é a capacidade/dia de visitantes? E a **questão 6** – O parque realiza pesquisas junto aos visitantes?

A entrevistada revela que a capacidade de carga é adotada sem qualquer critério mais técnico, a capacidade é limitada somente sob procedimentos que consiste em agendamento e controle de entrada através do um livro de visitas.

O controle efetivo de visitas se dá apenas pelo livro de visitação que os visitantes devem assinar na entrada do portão principal. A entrevistada demonstra a preocupação com a situação do parque em relação a não disposição de amparos técnicos para a determinação de capacidade de carga e espera que a partir do plano de manejo já possa determinar a capacidade de carga para o parque e trilhas. Também não são realizadas pesquisas para quantificar com exatidão o público recebido.

A limitação é de aproximadamente 80 pessoas/dia divididas em dois grupos. Porém o parque segundo ela recebe grupos agendados, visitantes sozinhos ou acompanhados não agendados de alunos e da comunidade local, estimando assim um público de aproximadamente 100 pessoas/dia.

A estimativa é da pesquisadora com base aproximada obtida através do exame do livro de visitas de três dias (um feriado, um domingo e uma sexta-feira) do mês de fevereiro de 2009, vale afirmar que os primeiros meses do ano de 2009, foram marcados pela baixa demanda do turismo no litoral norte catarinense devido às cheias ocorridas nos meses subsequentes que determinaram um público médio na temporada.

Com referência a educação ambiental na **Questão 7** – O parque possui um Programa de Educação Ambiental - PEA? Desde quando? E **Questão 11** – Quais são as parcerias na construção do PEA?

A entrevistada explica que o programa de educação ambiental aplicado no parque é municipal e o parque é utilizado como um instrumento didático para a educação ambiental. Através do Programa Municipal Terra Limpa de Educação

Ambiental instituído pela Política Municipal de Educação Ambiental (Lei n. 2884/08) que realiza suas práticas no parque, as educadoras trabalham as questões ambientais em escolas, entidades e eventos educativos da cidade. Portanto, o parque depende de um PEA direcionado ao ambiente maior, que engloba o município e ações são voltadas ao público em outro contexto, com outras características.

De acordo com a educadora ambiental as Secretarias da Educação e do Meio Ambiente foram parceiras na elaboração da lei municipal de política ambiental e são também parceiras na educação realizada no município.

Devido ao público diversificado, procurou-se saber, **Questão 13** – As atividades lúdicas realizadas no interior do parque estão ancoradas pelo PEA? **Questão 14** – O PEA prevê atividades direcionadas a públicos específicos e/ou especiais? E **Questão 16** – O PEA é apresentado a todos os visitantes do parque?

De acordo com a entrevistada as atividades lúdicas realizadas no parque são de organização e responsabilidade do grupo visitante, porém todos participam das regras de boa conduta e política de visitação do local, dado que não há registro de reclamações. As atividades direcionadas para públicos específicos e/ou especiais são excepcionalmente para visitantes estrangeiros. As atividades neste caso além do passeio pelas trilhas do parque incluem as dependências das instalações que desenvolvem os programas da secretaria (horto, viveiro e Casa do Pensamento).

A **questão 17** - Que métodos de abordagem são mais práticos para aplicação do PEA? Existe o apoio de material didático, folhetos explicativos sobre a diversidade paisagística do parque e os recursos naturais que abriga, bem como regras de conduta?

Conforme a entrevistada é distribuído material informativo e explicativo, nele cont m a lista de espécies animais e vegetais abrigadas nas áreas do parque, regras de conduta concernentes ao local e de visitação geral a ambientes dotados de atributos naturais. O material também apresenta parte da história do local. Com relação à diversidade paisagística além do material impresso, placas interpretativas são dispostas pelo parque, com conteúdos que se referem ao contexto local.

Um método de abordagem ambiental eficaz tem prioritariamente relação   reeducação do uso de embalagens biodegradáveis e material retornável. O programa Terra Limpa tem realizado intervenções junto ao público do parque e do município, turistas e comunidade tem recebido informações e sensibilização sobre a

utilização de embalagens, especificamente as sacolas ecológicas que o parque distribui em suas atividades realizadas no município.

As ações desenvolvidas tem a adesão de boa parte do público, conforme as educadoras que concordam sobre o assunto, segundo elas cabe ao educador ambiental a tarefa de incluí-los nas atitudes ambientalmente aceitas e conscientes.

A seguir serão descritas as questões e informações captadas durante a entrevista com o público de visitantes, quais sejam: comunidade, estudantes e turistas.

Aspectos da EA no parque na visão do público

Os dados a seguir apresentados são resultados das entrevistas dirigidas ao público. Foi entrevistada uma população composta por nove visitantes, divididos em três grupos de três pessoas de cada público, conforme o quadro 2.

PÚBLICO DO PARQUE	PESSOAS ENTREVISTADAS
Comunidade local (3)	Aposentada professora Dona de casa Gerente do ramo têxtil
Turistas (3)	Agrônomo pós-graduando Secretaria de ensino pedagoga Aposentado de curtume
Estudantes (3)	Entre 12 e 13 anos – Ensino público

Quadro 2 – O público entrevistado, composto por comunidade, estudantes e turistas.

Todas as questões foram respondidas por todos os entrevistados, onde expressam se concordam com a alternativa colocada. Cada bloco apresenta o resultado total de cada público, conforme segue.

C = comunidade

T = turista

E = estudantes

O quadro 3 se refere às questões voltadas ao Parque Natural Municipal Raimundo González Malta

O que o parque representa para Balneário Camboriú	Concordam
Um destino turístico	3T
Um espaço para a comunidade	2T
Um espaço de lazer	1C
Um espaço de aprendizado	1C 2T 3E
Uma área de conservação	2C
Um refúgio para a biodiversidade	2C 2T 3E
Um herbário	3C

C = comunidade; **T** = turistas ; **E** = estudantes

Quadro 3 – Resultados da questão 1 sobre as representações do parque para a cidade

Questão 1 - Sobre o parque: sua representação para a cidade

Conforme o resultado relativo a este item, o parque representa um refúgio para a biodiversidade em Balneário Camboriú e um espaço de aprendizado. Na visão do turista o parque é uma atração a mais no roteiro turístico da cidade ainda que seja um local destinado a comunidade, neste caso esta resposta demonstra a hospitalidade que o turista percebe em usufruir deste espaço. Por outro lado para a comunidade que em parte se constitui de beneficiados pela medicina alternativa ofertada no parque, o local pode se constituir em saída para os percalços socioeconômicos decorrentes da falta de recursos para aquisição de produtos alopáticos ou na deficiência pública de assistir suas necessidades, ainda podendo ser apenas traços culturais presentes nas comunidades tradicionais, que se valem das ervas medicinais para o tratamento de seus males. Dentre as funções que o parque exerce no cotidiano da comunidade, um dos objetivos de sua criação que é proporcionar lazer, ainda não incorporou ao consciente coletivo que não enxerga o parque como um espaço para o seu turismo, para o seu prazer.

O quadro 4 se refere às questões voltadas ao Parque Natural Municipal Raimundo González Malta sobre a sua importância para o turismo

(1 – Muito importante; 2 – Importante; 3 – Sem importância; 4 – Não conhece)

Ordem de importância dos destinos turísticos em relação à paisagem dos locais de visita em BC	1- MI; 2 - IM 3- SI; 4 - N
Parque Unipraias	(2) 2C 3T 2E
Parque Cyro Gevaerd	(3) 2C 1T 3E
Parque Natural M Raimundo Gonzalez Malta	(1) 3C 2T 3E
Parque de Aventuras na Estação Mata Atlântica	(4) 1C 2T 2E

C = comunidade; **T** = turistas ; **E** = estudantes

Quadro 4 – Resultados da questão 2 sobre o grau de importância considerado pelos visitantes do parque

Questão 2 - Sobre o grau de importância do parque como destino turístico e em relação à sua paisagem

Conforme o quadro o parque é tido como muito importante pela comunidade que inclui também os estudantes, no que se refere à atratividade da paisagem. A importância na visão da comunidade está atrelada a: 1) o acesso ao parque, fácil e gratuito; valores que agrega aos seus atrativos como a medicina alternativa e outros projetos que beneficiam diretamente a comunidade; 2) a distância e o custo determinaram o grau de importância dos outros parques listados, além do fato de não conhecê-los muito bem, alguns membros da comunidade de menor poder aquisitivo acreditam que lugar de lazer e de turistas é no parque Unipraias. O Unipraias foi eleito pelos turistas como importante seguido do parque de Aventura na Estação Mata Atlântica cujo acesso se dá pelo teleférico e tem um custo elevado para as visitas da maioria da comunidade frequentadora do PNMRM. O parque Cyro Gevaerd – Zoológico da SANTUR, entre os moradores é valorizado por abrigar animais, pelos espaços como o museu oceanográfico, aquário marinho e horto botânico, bastante visitado pela comunidade científica e por estudantes. Outro local que a comunidade elegeria como Importante segundo os entrevistados é o Complexo Cristo Luz, local que proporciona uma visão panorâmica da cidade.

O quadro 5 e 6 se referem às questões voltadas ao Programa de Educação Ambiental

Educação Ambiental é uma referência a	Concordam
Aprendizado para todos os cidadãos	3C 1T 3E
Ferramentas de preservação do meio ambiente	2C 1T 3E
Sensibilização para a consciência ambiental	2C 3T 3E
Formação do indivíduo social, cultural e ecológico	1C 3T 3E

C = comunidade; **T** = turistas ; **E** = estudantes

Quadro 5 – Resultados da questão 3 sobre as referências do público em relação a educação ambiental

Ao apresentar um PEA, o parque:	Concordam
Preocupa-se com a educação do visitante	3C 2T 2E
Conserva o patrimônio natural	1C 1T 2E
Utiliza ferramentas de aproximação homem-natureza	1C 2T 1E
Contribui com a qualidade do turismo	2C 3T 2E
Protege as espécies animais e vegetais	2C 3T 3E

C = comunidade; **T** = turistas ; **E** = estudantes

Quadro 6 – Resultados da questão 4 sobre a presença do programa de EA no parque

Questão 3 e 4 - Sobre o PEA: ao que se refere à educação ambiental e sua presença no parque

Na concepção dos entrevistados ao concordar com a alternativa que a educação ambiental é sensibilização para a aquisição da consciência ambiental, demonstram que entendem a educação ambiental como um processo educativo por onde permeiam didáticas que vão formar o sujeito ecológico, social e cultural. Aqui a sensibilização está seguida do aprendizado para todos, confirma assim que o parque é um espaço democrático e a educação ambiental é uma ação equitativa. Para o público o objetivo principal da educação ambiental é preservar, porém entre as preocupações do programa de educação ambiental que o parque apresenta estão implícitas a educação e o turismo ali praticado. Nas outras considerações que a comunidade expressou estão: lazer saudável e a inclusão social.

O quadro 7 se refere às questões voltadas ao que a Educação Ambiental no parque representa para o turismo

A EA contribui com o turismo quando	Concordam
Garante a qualidade da paisagem	2C 3T 2E
Promove maior receptividade ao visitante	2C 2T 2E
Oferece maior atratividade ao parque	1C 3T 2E
Demonstra a qualidade de vida dos moradores	2C 3T 2E
Evidencia a preocupação local com o meio ambiente	2C 3T 3E

C = comunidade; **T** = turistas ; **E** = estudantes

Quadro 7 – Resultados da questão 5 sobre a EA em contribuição ao Turismo

Questão 5 - Sobre a EA: sua contribuição com o turismo

Na relação turismo e educação ambiental entendida pelo público do parque os entrevistados acreditam nos benefícios que o turismo pode alcançar com a educação ambiental. Para eles, preocupação com o meio ambiente, a qualidade da paisagem e de vida dos moradores contribuem com o turismo. Outra representação: a educação ambiental representa a preocupação com a limpeza da cidade para o turismo.

O quadro 8 se refere às expectativas do público em relação ao parque

O que se espera encontrar/receber na visita	Concordam
Mais interação entre visitantes e colaboradores	3C
Menos espaços construídos	2T
Maiores recursos materiais informativos	2C 2E
Mais informações sobre os recursos naturais	2C
Mais informações sobre as trilhas	3E
Mais informações sobre o Rio Camboriú	2C 2T 2E
Mais informações sobre o mangue	1C 1T
Mais informações sobre as ervas medicinais	2T
Maior liberdade na visita	3E

C = comunidade; **T** = turistas ; **E** = estudantes

Quadro 8 – Resultados da questão 6 sobre o que o público espera encontrar e/ou receber ao visitar o parque

Questão 6 - Sobre as expectativas dos visitantes

As expectativas revelam o anseio do público por um lugar regido pelos princípios da educação voltada para a temática ambiental. A espera por mais informações e recursos informativos e mais interação são neste contexto indícios da mudança de atitudes e valores presentes na didática da educação ambiental. O público associa educação ambiental com sensações e lembranças e os auxiliam na conceituação do que é a educação, para eles alguns dos atributos naturais do parque representam natureza e recurso que estão ligadas as lembranças que guardam do local.

4.2.4 Discussão sobre os resultados

A relação entre turismo e educação ambiental no parque tem sido positiva, visto que o programa é dirigido à demanda maior em nível municipal, demonstrando a articulação dos educadores em fortalecer as questões ambientais com a iniciativa de distribuição de material, como as sacolas ecológicas. Além do que os estudantes frequentadores em algum momento em suas escolas receberam dos mesmos educadores que os atendem no parque instruções de conduta e postura perante o meio ambiente, alertando para a atitude perante a vivência em qualquer meio, sem que seja especificamente o parque.

Mesmo que ainda não haja completa assimilação do parque como espaço para o seu lazer por parte da comunidade ela o tem como referência, pois em relação a outros espaços como a praia e outros parques, o local representa tranquilidade, individualidade nas atividades e um espaço democrático para o morador. E isto é percebido pela presença de públicos variados (classes, práticas religiosas, poder aquisitivo, faixa etária ou gênero) que ali se encontram e se integram. Para estas pessoas o parque possui um valor social, ecológico e cultural.

A mudança do entorno permanece como inquietação recorrente para a educadores ambientais que demonstram preocupação com a nova configuração que o parque adquire e que pode interferir na rotina dos animais. Aos poucos o local recebe edificações a sua volta, algumas impactam por suas características

construtivas que destoam do ambiente. A capacidade de carga estipulada também é um fator que denuncia a fragilidade do local, devido ao volume de atividades realizadas nas estruturas e funções exercidas que não dizem respeito ao parque em si, que acontecem concomitante a visitação.

A comunidade pode ser considerada como aliada à preservação do local, isto exige mais atenção e igual interação entre visitantes e colaboradores do parque, dado que pode ser melhorado com a abordagem, encorajando o morador deste modo a visitação e apreciação das trilhas. A utilização de recursos que promovam maior entendimento da educação ambiental no parque, como material audiovisual e acomodações apropriadas para que a participação seja prazerosa e estimulante.

A atenção dispensada ao público estudante requer maior direcionamento pois caracteristicamente esta faixa etária anseia por mais liberdade ao visitar o parque e um trabalho de sensibilização traria maior autonomia a este visitante em formação. Tanto que para o estudante a educação ambiental deve antes de tudo fazê-los sentir que são responsáveis por suas ações perante o ambiente. A premissa básica de liberdade no parque se estende aos acessos, a biblioteca ambiental e a disposição de material, que são pontuados como dificultadores ao uso.

O tamanho da amostra entrevistada pode ter dificultado a coleta, deste modo o volume de dados não permite uma conclusão mais significativa, mas é clara a necessidade de um programa de educação ambiental que enfatize as especificidades do local, quanto ao público e recursos naturais.

Programas de educação ambiental são formados a partir de diretrizes nacional, estadual e/ou municipais sobre o meio ambiente, no entanto exige participação de atores sociais, que vão agregar conhecimentos e informações ao programa. Parte da indisposição de uma comunidade com programas tem sua gênese na falta de diálogo e inclusão de seus valores e opiniões, construir com a comunidade é obter apoio, parceria e entendimento sobre a importância das ações desenvolvidas. A comunidade tem o anseio de maior inclusão nas discussões sobre o parque, ela percebe as ações e decisões à distância e este distanciamento está presente entre o que se espera do parque para o que é ofertado aos visitantes.

A educação ambiental no parque pode atingir efetivamente o seu público turista ou comunidade ao desenvolver um programa de educação ambiental focado no Parque Natural Municipal Raimundo Gonzalez Malta, com ações direcionadas para a qualidade do atrativo e para a qualificação do visitante. Um programa

específico deve ser pontuado por um plano de manejo cujas especificidades observadas a partir de critérios técnicos podem unir a educação ambiental aos princípios básicos de conservação para melhor ofertar o atrativo. Quanto ao aumento do número de colaboradores, o programa de educação ambiental se pautado nos objetivos do plano de manejo poderá melhor distribuir as atividades do parque com aproveitamento funcional e operacional dos recursos humanos efetivos.

A inserção de atitudes de mínimo impacto, que embora sejam técnicas aplicadas a acampamentos na natureza e a trilhas, numa adaptação a espaços como o parque municipal tende a fortalecer as ações conservacionistas. A relação turismo e educação ambiental dependem de ações afetivas para que passe a ser transformadora, provocando mudanças e comportamentos para melhores práticas turísticas no parque e em Balneário Camboriú.

O incentivo a maior produção científica a respeito do local também pode ser contemplado na pauta dos processos educativos, o local como objeto de estudo pode fornecer mais dados que estimulam o conhecimento em relação ao parque por parte de quem o realiza e de quem tem acesso ao material. A maior carência de estudos está no que se refere ao turismo e a educação ambiental no parque, mesmo porque a relação entre as duas temáticas está ainda em processo de construção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados expostos é possível tecer considerações sobre a relação turismo e educação ambiental no parque, que em síntese significa:

- Para o parque, a construção de uma relação de respeito e sensibilização em relação ao meio visitado e as atividades realizadas;
- Para a cidade, maior qualidade nos serviços, visitação e promoção do destino, por consequência a atração de um público mais consciente que irá preservar os atrativos, sendo eles parques, praias ou equipamentos turísticos;
- Para os moradores, maior integração entre eles e o visitante estrangeiro, garantia de maior tranquilidade na visitação ao parque e na formação de nova conduta socioambiental;
- Para o turista, maior hospitalidade e segurança;
- Para a educação ambiental, um canal de disseminação e uma fonte de recursos que possibilitam atingir os princípios básicos de valoração do meio ambiente.

Ao realizar uma busca sobre educação ambiental, turismo e qualidade ou numa interseção da temática, surge uma infinidade de conceitos, pressupostos, definições, fazeres e saberes empíricos e teóricos, documentais e nesta profusão paradoxal, trabalhos e estudos como de Dusi (2006), Sato (2002); Reigota (1994), o primeiro serviu de parâmetros para toda a busca histórico-conceitual, cuja metodologia e linguagem permitem o entendimento e enriquece a conjugação da temática.

O turismo visto como atividade econômica gera controvérsias quanto a sua sustentabilidade, visto como atividade socioambiental preconiza um sentimento de alternativa para o desenvolvimento local. O seu caráter multi e interdisciplinar justifica a sua abrangência. Enquanto área das ciências sociais aplicadas é possível que seus estudos abarquem a educação ambiental como uma ferramenta para qualificar a atividade praticada no meio natural e social. Esta qualidade pode ser comprovada por atividades do ecoturismo, do turismo ecológico, do turismo rural, do turismo de aventura e outros. Assim como a educação ambiental, o turismo se vale de conhecimentos e pontos de vistas de outras ciências.

Este trabalho objetiva analisar as relações entre turismo e educação ambiental que contribuem para a harmonia do visitante com a natureza bem como a permanência do equilíbrio ambiental, visto que o objeto do estudo tem um público diversificado e que, no entanto, os impactos podem surgir da ineficiência em conciliar a visitação com as atividades exercidas no interior do local. Apesar das transformações que vem passando o local é visto como um espaço que concilia e integra os diversos públicos que recebe, deste modo torna o turismo no parque um importante canal de disseminação para a educação ambiental.

O turismo no parque pode se constituir em aliado da preservação, assim como a comunidade e o público em formação, se forem demandadas ações que integrem a iniciativa pública, privada, instituições de ensino, associações e comunidade em esforço conjunto e resultante da educação ambiental empreendida no parque.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, M; BRANCO, J. O. Abordagem Ambiental na visita dos universitários ao zoológico do Parque Cyro Gevaerd em Balneário Camboriú, SC. **II Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental**, UNIVALI, Itajaí, 2003.

AB'SÁBER, A. **Os domínios de natureza no Brasil**. Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ANJOS, F. A. *et al.* **Apoio ao desenvolvimento do Plano Diretor territorial de Camboriú/SC**: um processo em construção. 2007. Disponível em: < http://www.furb.br/neur/cd/conteudo/artigos/PD06_artigo_neur_2007.pdf >. Acesso em: 27/03/2009.

AULICINO, M. P. **Turismo e estâncias**: impactos e benefícios para os municípios. São Paulo: Futura, 2001.

BERTÉ, R. **Educação ambiental**. Construindo valores de cidadania. Curitiba: Champagnat, 2004.

BOULLÓN, R. C. Planejamento do espaço turístico. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BRASIL, Lei n.9795 de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm > Acesso em 02/04/2009a.

BRASIL, Lei n.9.985 de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidade de Conservação**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm > Acesso em 23/04/2009b.

BRUHNS. H. T. Esporte e natureza: o aprendizado da experimentação. IN: SERRANO. C. (org.) **A educação pelas pedras**. São Paulo: Chronos, 2000.

BURNS, P. **Turismo e antropologia**: uma introdução. São Paulo: Chronos, 2002.

BUENO, F. P. **As relações entre ecoturismo e educação ambiental no pólo de ecoturismo da Ilha de Santa Catarina**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí.

CARNEIRO, K. S.; FARIA D. S. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília: Ed. UnB, 2001

CARVALHO, I. C. **A invenção ecológica**: narrativas e trajetórias da educação no Brasil. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2001.

_____. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos. IN: LAYRARGUES, P. P. (coord.) **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CASTRO. I. Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política. IN: YÁZIGI, E. **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

CASTRO, N. A. **O lugar do turismo na ciência geográfica**: contribuições teórico-metodológicas à ação educativa. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Física) Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTROGIOVANNI, A. C. Turismo e ordenação do espaço urbano. IN: _____. **Turismo urbano**. São Paulo: Contexto, 2001.

CEROVSKY, J. Recursos Didáticos para La Educación Ambiental. IN: **Tendencias de la educación ambiental**. UNESCO, 1977.

COSTA, P. **Unidades de conservação**: matéria prima de ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002.

COUSINET, R. **A formação do educador e a pedagogia da aprendizagem**. São Paulo: Ed. Nacional/Ed. USP, 1974.

CRUZ, R. de C. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. IN: YÁZIGI. Eduardo (Org.) **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

DELORS, J. *et al.* **Educação: Um Tesouro a Descobrir**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC, UNESCO, 2002.

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. (colab.). **O planejamento da pesquisa qualitativa, teorias e abordagens**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006

DIAS, G. F. **Atividades interdisciplinares de educação ambiental**. São Paulo: Global, 1994.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. São Paulo, Gaia, 1992

DURKHEIM, É. **Educação e sociologia**. 11ª Ed. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

DUSI, R. L. de M. **Estudo sobre o programa de educação ambiental no Brasil e a questão da sustentabilidade ambiental**. 2006. Tese (Doutorado em Ecologia). Universidade de Brasília, Brasília.

FERNANDÉZ, L. I. T. **A rodovia Interpraia e a sua dinâmica urbana do bairro da Barra em Balneário Camboriú / SC** - Um estudo de caso. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FIGUEIREDO, I. C. S. Nossas águas, nosso Palha: educação ambiental e participação na comunidade rural do Córrego do Palha. 2006. Dissertação (**Mestrado em Ecologia**) Instituto de Ciências Biológicas. Universidade de Brasília. Brasília.

FRANCO, M. L. **Análise de Conteúdo**. 2ª Ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa** – tipos fundamentais. IN: Revista de Administração de Empresas. V.35, n.3, 1995.

GUILLAUMON, J. **Análise das trilhas de interpretação**. São Paulo: Instituto Florestal, 1977.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. 3ª. Ed. São Paulo: Papirus, 2000.

GUERRA, A. F. S. Navegando na web em busca de intervenções em educação ambiental: a interdisciplinaridade e transversalidade em ação. IN: SATO, M; SANTOS, J. E. (org.) **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: RIMA, 2001

HAM, S. H. **Interpretación Ambiental**: Una guia pratica para gente com grandes ideas y presupuestos pequeños. Colorado: Noth American Press, 1992.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Cidades@**. Balneário Camboriú. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> > Acesso em: 23/04/2009.

JACOBI, P. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LICKORISH, L. J; JENKINS, C. L. **Introdução ao Turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LOUREIRO, C. F. B. Educar, participar e transformar em educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. n. 0, Nov. Brasília, 2004.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Pedagógica e Universitária-EPU, 1986.

MASTNY, L. Redirecionando o turismo internacional. IN: WORLDWATCH INSTITUTE. **O Estado do Mundo, 2004**: estado do consumo e o consumo sustentável. Salvador: Ed. Uma, 2004.

MENDONÇA, R. A experiência na natureza segundo Joseph Cornell. IN: SERRANO, C. (org.). **A educação pelas pedras**: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000.

MINC, C. **Ecologia e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1997.

MILAN, P. L. **“Viajar para aprender”**: Turismo pedagógico na região dos Campos Gerais – PR. 2007. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú.

MONTENEGRO JR, I. **Turismo e urbanização: Gestão de impactos no litoral de Aquiraz – CE**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2005.

MOYA NETO, J; GUERRA, A. F. S. As representações de alunos e professores da rede pública municipal de Balneário Camboriú (SC) e a oficina de educação ambiental no parque ecológico municipal Rio Camboriú. IN: Congresso Nacional de Iniciação Científica. São Paulo. **Anais**. São Paulo: SEMESP, 2001.

MURTA, S. M; GOODEY, B. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. IN: MURTA, S. M; ALBANO, C. (orgs) **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa** – características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisas em administração, V.1, n.3, São Paulo: 1996.

NETO, D. L. N. **Capacidade de carga turística como indicador do planejamento turístico. Análise de sua utilização em uma unidade de conservação**: o caso da Fazenda Vagafogo no município de Pirenópolis (GO), 2008. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental e Territorial) Universidade de Brasília, Brasília.

NORDI, N. **Os catadores de caranguejo-uçá (Ucides cordatus) da região de Várzea Nova (PB)**: Uma abordagem ecológica e social. 1992. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

OLIVEIRA, A. **Turismo e comunidade: a configuração do sofrimento psicossocial em um povoado de pescadores**. 1998. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, J. P. de. Turismo Visão e Ação/ Universidade do Vale do Itajaí, Curso de Mestrado em Turismo e Hotelaria. **Glossário**. Itajaí: Editora UNIVALI, 1999.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo. Roca, 2001.

OSTI, N. **A natureza e o processo de desenvolvimento socioeconômico do Vale do Itajaí**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Centro de Ciências Humanas e da Comunicação. Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.

PELICIONI, M. C. F. Fundamentos da educação ambiental. IN: PHILIPPI JUNIOR, A. et al (Edit.). **Curso de gestão ambiental**. São Paulo: Manole, 2004.

PIMENTEL, G. G. Lazer e natureza no turismo rural. IN: MARINHO, A. BRUHNS, H. **Turismo, lazer e natureza**. Barueri: Manole, 2003.

PIRES, P. S. A análise de indicadores da qualidade visual como etapa da caracterização de paisagens turísticas: uma aplicação no distrito-sede de Porto Belo - SC. Revista **Turismo Visão e Ação**. Vol. 07, n.3, 2005.

_____. Caracterização e análise visual da paisagem rural com enfoque turístico – uma contribuição metodológica. Revista **Turismo Visão e Ação**. Ano 04, n.8, 2001.

_____. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

_____. As múltiplas facetas e implicações da relação turismo e ambiente. IN: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, IV, 2006, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2006.

RAMOS, M. V. **A educação experiencial como estratégia de ensino para a educação ambiental no curso de Turismo e Hotelaria da UNIVALI**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí.

REBELO, S. M. **Plano Municipal de Educação Turística – P.M.E.T. – Um modelo para os municípios brasileiros de potencial turístico**. 1998. Extracto de la Tesis Doctoral. Facultad de Ciencias de la Educación. Universidad Pontificia de Salamanca, Salamanca.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social, métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ROSS, G. F. **Psicologia do turismo**. São Paulo: Contexto, 2001.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável** a proteção do meio ambiente. 11ª ed. Campinas: Papirus, 2004.

_____. **Turismo no Brasil: Análise e Tendências**. Barueri: Manole, 2002.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SALGADO, M. **O reconhecimento da disciplina do turismo no início do terceiro milênio**. Revista da Ciência da Administração. Vol.1, 2007.

SALVATTI, S. S. Planejamento do ecoturismo. In: MITRAUD, S. (Org.). **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF Brasil, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

Santa Catarina Turismo S/A - SANTUR. **Pesquisa Mercadológica Estudo da Demanda Turística**. Município de Balneário Camboriú. 2008. Disponível em: <http://www.santur.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&Itemid=215>. Acesso em: 25/03/2009.

SATO, M. **Educação ambiental**. São Carlos: RIMA, 2002.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Contexto, 1996.

SERRANO. C. O “produto” ecoturístico. IN: ANSARAH, M. G. (Org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

SERRANO, C; LUCHIARI, M. T. Ecoturismo e meio ambiente no Brasil: Territorialidades e contradições. In: TRIGO, L. G. G. (Edit) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

SILVA, L. T; DUARTE, R. G. Geografia e educação ambiental: discussões necessárias para suas práticas. **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**, UERJ: n.6, 1999.

SOLDATELLI, M. Impactos ambientais negativos no contexto do turismo de natureza. In: TRIGO, L. G. G. (Edit) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

SORRENTINO, M. *et al.* Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**. São Paulo: V. 31, n. 2. 2005

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: Conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.

TAKAHASHI, I. **Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas unidades de conservação do Estado do Paraná**. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Florestais). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

TOMAZELLO, M. G; FERREIRA, T. R. Educação ambiental: que critérios adotar para avaliar a adequação pedagógica de seus projetos. **Ciência & Educação**. Piracicaba: V.7, n.2, 2001.

TOZONI-REIS, M. F. de C. **Educação ambiental**: natureza, razão e história. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

TRIGO, L. G. G. **A sociedade pós industrial e o profissional do turismo**. 6ª Ed. Campinas: Papirus, 2002.

URRY, J. O Olhar do Turista. IN: URRY, J. **O Olhar do Turista: Lazer e Viagens na sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora Studio Nobel / SESC, 2001.

VERNER, J. **O meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

VIEIRA, P. F. Meio ambiente desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, J. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania, desafios para as áreas sociais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez editora; Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

WEARING, S; NEIL, J. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri: Manole, 2001.

WERNECK, C. L. G. Recreação e lazer. Apontamentos históricos no contexto da educação física. IN: _____. *et al.* **Lazer, recreação e educação física**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WOSTER, D. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, V.4, n. 8, Rio de Janeiro: 1991.

YÁZIGI. Eduardo. **Civilização urbana planejamento e turismo**: discípulos do amanhecer.. São Paulo: Contexto, 2003

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZEPPONE, R. M. O. **Educação ambiental**: Teoria e práticas escolares. Araraquara: JM Editora, 1999.

APÊNDICE

Formulário de Pesquisa junto ao PNMRM

Brasília, 15 de Março de 2009.

A(o) _____

De: Profa. Dra. Sandra Lestinge

Coordenadora do Curso de Especialização “Formação de Professores em Turismo”,
do CET/UnB.

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a),

A aluna **Lourdes Pereira do Amaral**, Identidade: 28.797.026-7 está regularmente matriculada no curso de Especialização “**Formação de Professores em Turismo**”, do CET/UnB na modalidade a distância, e para que ela possa receber o certificado de conclusão do curso é requisito parcial a escrita de uma monografia baseada em um estudo teórico-empírico, implicando na análise de documentos e/ou realização e análise de entrevistas com funcionários de instituições públicas ou privadas, pessoas de referência na comunidade e outros participantes que a orientação recomendar. O trabalho final será realizado sob orientação da Prof^a Dóris de Farias cujo tema é: **Análise do Programa de Educação Ambiental do Parque Natural Municipal Raimundo Gonzalez Malta em Balneário Camboriú.**

A realização desses trabalhos tem como objetivo contribuir para a formação continuada dos professores e profissionais do Turismo subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica reflexiva, crítica e participativa para seus futuros alunos, além da inserção nas práticas das diferentes culturas e realidades brasileiras.

Os dados coletados e as informações geradas são de propriedade intelectual do pesquisador e serão utilizados para o desenvolvimento de conhecimentos no âmbito do Turismo e dos processos de formação. Os resultados desta pesquisa serão divulgados, isto é, serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não ficando assegurado e garantido o anonimato dos participantes.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones. (061) 3307-2948/3307-2941 Ramal 228 ou por meio do e-mail: sandra.lestinge@cead.unb.br

Atenciosamente,

Sandra Lestinge

Coordenadora de EaD

CET/UnB

Instituição: _____

Localização: _____

Entrevistadora: Lourdes Pereira do Amaral

Local: _____

Data: _____

Para iniciar e para posterior contato, preciso que se identifique.

Nome: _____

Profissão/Função/Cargo: _____

Grau de instrução: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Estas informações serão usadas para viabilizar a pesquisa.

1 – Em que ano foi fundado o Parque Ecológico Rio Camboriú agora denominado Parque Natural Municipal Raimundo Gonzalez Malta? Por quem é administrado? O Parque possui Plano de Manejo?

2 – Quais são as dimensões físicas, de infra-estrutura e humanas do parque?

3- Qual é público freqüentador do parque?

4 – O parque possui controle de visitação, qual é a capacidade/dia de visitantes?

_____, _____

5 – Qual é o período de maior/menor visitação? Por quê?

6 – O parque realiza pesquisas junto aos visitantes? O que o parque deseja ouvir do visitante ao realizar as pesquisas?

7 – O parque possui um programa de Educação Ambiental? Desde quando?

_____, _____

8 – Quantos colaboradores do parque estão diretamente envolvidos no PEA?

9 – O programa é parte de outras atividades ambientais? Quais?

10 - Quais os recursos e ferramentas são usados no PEA?

11 – Quais são as parcerias na construção do PEA?

12 – O parque recebe turistas, alunos da rede de ensino e moradores, existe alguma integração entre as secretarias da educação, meio ambiente e turismo para melhor direcionar o PEA?

13 – As atividades lúdicas realizadas no interior do parque estão ancoradas pelo PEA?

14 – O PEA prevê atividades direcionadas a públicos específicos e/ou especiais?

15 – Se sim, que tipo de atividades?

16 – O PEA é apresentado a todos os visitantes do parque?

17 - Que métodos de abordagem são mais práticos para aplicação do PEA? Existe o apoio de material didático, folhetos explicativos sobre a diversidade paisagística do parque e os recursos naturais que abriga, bem como regras de conduta?

18 – O parque realiza ou já realizou alguma avaliação/reformulação do PEA? Com base em que?

Entrevistadora: Lourdes Pereira do Amaral

Local: _____ Data: _____

Para responder as afirmativas abaixo relacionadas marque com um **X**, se concorda ou não concorda.

1 - Sobre o Parque Natural Municipal Raimundo Gonzalez Malta (3)

O que o parque representa para Balneário Camboriú	S	N
Um destino turístico		
Um espaço para a comunidade		
Uma área para caminhada		
Um espaço de lazer		
Um espaço de aprendizado		
Uma área de conservação		
Um remanescente preservado da Mata Atlântica		
Um refúgio para a biodiversidade		
Um herbário		

Alguma outra representação: _____

2 - Sobre a importância do parque para o turismo (2)

(1 – Muito importante; 2 – Importante; 3 – Sem importância; 4 – Não conhece)

Ordem de importância dos destinos turísticos em relação à paisagem dos locais de visitação em BC	1- MI; 2 - IM 3- SI; 4 - N
Parque Unipraias	
Parque Cyro Gevaerd	
Parque Natural M Raimundo Gonzalez Malta	
Parque de Aventuras na Estação Mata Atlântica	

Algum outro local importante: _____

3 - Sobre o Programa de Educa o Ambiental (1; 3)

Educa�o Ambiental é uma referência a	S	N
Aprendizado para todos os cidadãos		
Aprendizado somente na escola		

Ferramentas de preservação do meio ambiente		
Sensibilização para a consciência ambiental		
Formação do indivíduo social, cultural e ecológico		

Ao apresentar um PEA, o parque:	S	N
Preocupa-se com a educação do visitante		
Cumprir com papel de parque ecológico		
Limita o uso do espaço		
Conserva o patrimônio natural		
Utiliza ferramentas de aproximação homem-natureza		
Contribui com a qualidade do turismo		
Protege as espécies animais e vegetais		

Outras considerações: _____

5 - Sobre o que a Educação Ambiental no parque representa para o turismo (1 - 3)

A EA contribui com o turismo quando	S	N
Garante a qualidade da paisagem		
Promove maior receptividade ao visitante		
Oferece maior atratividade ao parque		
Demonstra a qualidade de vida dos moradores		
Evidencia a preocupação local com o meio ambiente		

Alguma outra representação: _____

6 – Sobre as expectativas em relação ao parque RGM (1; 3)

O que se espera encontrar/receber na visita	S	N
Mais paisagismo e limpeza		
Somente cuidados com a limpeza		
Mais atenção dos colaboradores		
Mais interação entre visitantes e colaboradores		
Mais atrativos		
Menos espaços construídos		
Maiores recursos materiais informativos		
Mais informações sobre os recursos naturais		

Mais informações sobre as trilhas		
Melhores condições das trilhas		
Mais informações sobre o Rio Camboriú		
Mais informações sobre o mangue		
Mais informações sobre as ervas medicinais		
Melhor infra-estrutura		
Maior controle de visitantes		
Maior liberdade na visitação		

EA no parque RGM lembra	S	N
O vento		
As árvores		
As trilhas		
Os manguezais		
O Rio Camboriú		
As ervas		
Os animais		
As frutas		
O guarda florestal		

Outras considerações: _____